

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS '14





BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



Índice

1.	Órgãos Sociais	3
2.	Datas Relevantes	5
3.	Relatório do Conselho de Administração	7
	Enquadramento Macroeconómico	8
	Economia Internacional	8
	Economia Nacional	9
	Mercados	10
	Mercados Acionistas	11
	Mercado Cambial	12
	Mercados Obrigacionistas	13
	Mercado de Commodities	14
	Síntese da atividade desenvolvida	15
	Indicadores Consolidados	15
	Atividade Desenvolvida	17
	Clientes Empresas	17
	Clientes Particulares	18
	Clientes Institucionais	19
	Atividade de Carteira Própria	20
	Controlo de Riscos	23
	Risco de Mercado	23
	Risco de Crédito	24
	Risco de Liquidez	25
	Risco Operacional	25
	Agradecimentos Devidos	25
4.	Demonstrações Financeiras	27
5.	Anexos às Demonstrações Financeiras	33
6.	Certificação Legal de Contas	119
7.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	121

1. Órgãos Sociais ✦





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa

Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Francisco Manuel Ribeiro

Luís Miguel da Rocha Barradas Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José

Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

Luís Augusto Gonçalves Magalhães

2. Datas Relevantes ✦





2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril – 97	Início de atividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro – 97	Os Ativos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maio – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro – 98	Os Ativos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro – 99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro – 99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros
	Os Ativos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro – 00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro – 00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Ações Europa
	Os Ativos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro – 01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E
	Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro – 01	Os Ativos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de ações nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro – 03	O Banco obtém o estatuto de <i>Global Clearing Member da Cearnnet</i>
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco:
	Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal
	Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português
	Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas
	Os Ativos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros
Janeiro – 04	O Banco obtém o estatuto de <i>Trading Member Firm</i> do Euronext Lisboa
Março – 04	A atividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Dezembro – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco
	Os Ativos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho – 05	Os Ativos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro – 05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro – 05	Os Ativos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de default e perda esperada para a atividade de concessão de crédito
Dezembro – 06	Os Ativos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Dezembro – 07	Os Ativos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março – 08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de <i>conduit</i> , até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro – 08	Lançamento da atividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho – 09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro – 09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30.8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado
	Primeiro lugar na league table internacional “ <i>Structured Retail Products</i> ” de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal
Janeiro – 10	
Março – 10	Obtenção de <i>membership</i> do Euronext para os mercados de Amesterdão, Paris e Bruxelas
Dezembro – 10	O rácio de solvabilidade do Banco consolidado atingiu os 13,3%
Fevereiro – 11	Lançamento de um Cartão Multibanco
Abril – 11	Inauguração de um Centro de Investimento em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro
Maio – 11	Lançamento de website transacional (www.bancoinvest.pt)
Junho – 11	Lançamento de uma plataforma profissional de <i>trading online</i> – <i>Invest Trader</i>
Outubro – 11	Abertura da décima agência de Crédito Especializado
Novembro – 11	Prémio do Banco mais Rentável em Portugal atribuído pela Revista Exame, na categoria Pequeno e Médio Banco
Fevereiro – 12	Inauguração de um Centro de Investimento no Porto, na Rua Júlio Diniz
Outubro – 12	Prémio da revista <i>Euromoney de Best Distributor for Performance of the Structured Products</i> , distinguindo os produtos emitidos pelo Banco Invest como os mais rentáveis para o Cliente final
Outubro – 12	Abertura da décima primeira agência de Crédito Especializado
Janeiro – 13	O Fundo AR – PPR, gerido pela Invest – Gestão de Ativos, é o fundo de alocação de ativos nacional (fundo misto) com a maior rentabilidade em 2012 (48,9%)
Janeiro – 13	Abertura da décima segunda agência de Crédito Especializado
Fevereiro – 13	Dos três fundos mobiliários com rentabilidade mais elevada nos últimos doze meses em Portugal, dois são geridos pela Invest – Gestão de Ativos: o mais rentável é o fundo AR – PPR, e o terceiro mais rentável é o AR – Médias Empresas
Dezembro – 13	A oferta de fundos de investimento estrangeiros atinge os 700 fundos, geridos pelas mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais.
Dezembro – 13	O rácio de solvabilidade do Banco Invest ultrapassa os 20%.
Janeiro – 14	A Invest – Gestão de Ativos é considerada a sociedade gestora nacional com maior rentabilidade média, em 2013: 26,3%. Os fundos AR – Médias Empresas Portugal e AR – PPR valorizam 32,8% e 19,8% em 2013, respetivamente.
Janeiro – 14	O fundo AR – PPR regista a terceira maior rentabilidade anualizada, desde o início de 2004, entre todos os fundos de investimento nacionais.
Fevereiro – 14	Entre todos os fundos de investimento nacionais, o fundo AR – PPR apresenta a terceira maior rentabilidade anualizada nos últimos três anos.
Novembro – 14	O Banco Invest é eleito pela segunda vez o Banco Mais Rentável, na categoria Médio ou Pequeno Banco. O prémio é atribuído pela Revista Exame num estudo exclusivo realizado pela Informa D&B e Deloitte.
Fevereiro – 15	O Banco Invest ganha o prémio de “Best Distributor for Performance” atribuído pela <i>Structured Retail Products</i> , do grupo Euromoney. Este prémio baseia-se na análise dos produtos estruturados emitidos na Europa, distinguindo os produtos do Banco Invest como os mais rentáveis para o cliente final, na região do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália). Esta é a segunda vez que os produtos estruturados do Banco Invest são destacados pela <i>Structured Retail Products</i> , após a obtenção do mesmo prémio em 2012.

3. Relatório do Conselho de Administração ✦





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

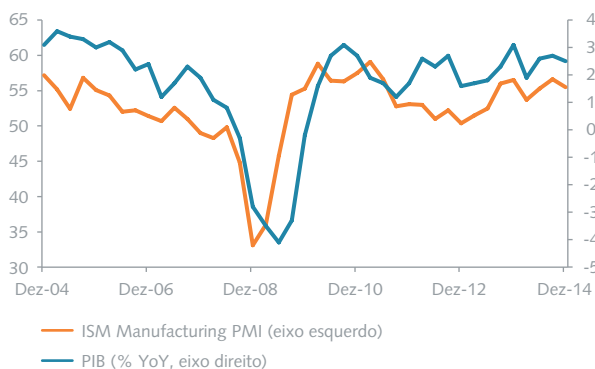
Economia Internacional

A economia mundial continua a apresentar sinais de recuperação, ainda que frágil e desigual entre as várias regiões e países. Os principais impulsionadores para o crescimento têm sido as economias avançadas, que começam progressivamente a beneficiar da menor alavancagem financeira do setor privado, menor pressão fiscal e políticas monetárias muito acomodáticas. Pelo contrário, em várias economias emergentes os desequilíbrios internos e externos, assim como a queda dos preços das matérias-primas e a depreciação das respetivas moedas, têm conduzido a uma desaceleração da atividade.

Estados-Unidos

Nos Estados-Unidos, a recuperação da atividade revela sinais de maior sustentabilidade. No quarto trimestre de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento real de 2,6% (anualizado), após o forte aumento de 5,0% no terceiro trimestre. No último trimestre do ano, a diminuição dos gastos governamentais e a menor contribuição do setor externo acabaram por parcialmente anular o crescimento do consumo privado, que atingiu o valor máximo dos últimos nove anos (2,9% em cadeia, anualizado). Por sua vez, os indicadores avançados continuam a indiciar a manutenção do bom momento da economia norte-americana nos próximos meses, com o índice ISM Manufacturing PMI a terminar nos 55,5 pontos, perto do valor máximo do ano (e dos últimos três anos).

EUA: Atividade Económica



Fonte: Bloomberg

Outra importante evolução ocorrida durante o ano de 2014 foi a diminuição da taxa de desemprego, que se situa presentemente nos 5,6%, menos 1,1 pontos percentuais do que no final de 2013. Os efeitos da melhoria do mercado de trabalho são bem visíveis na confiança dos consumidores, cujo índice terminou o ano nos 92,6 pontos, o registo mais alto desde o final de 2007, e para a qual tem certamente contribuído a diminuição dos custos com a energia.

A taxa de inflação, que durante grande parte do ano, se manteve relativamente estável entre os 1,7% e os 2,0%, caiu em dezembro para os 0,8%, refletindo a referida diminuição dos custos de energia, e em particular do preço do petróleo. Excluindo os custos com energia e alimentação,

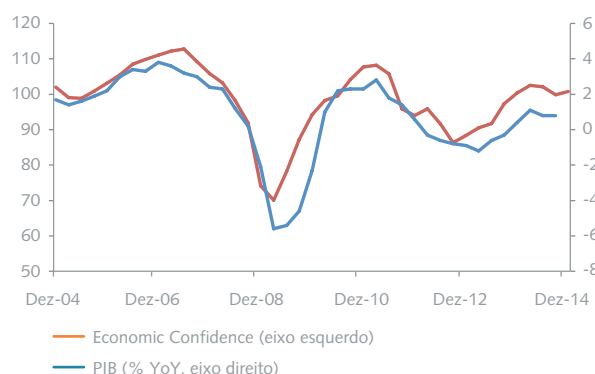
a taxa de inflação (core) situa-se nos 1,6%, praticamente inalterada relativamente ao final de 2013.

Segundo as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia norte-americana deverá ter crescido 2,4% em 2014, e acelerar para os 3,6% em 2015.

Zona Euro

De acordo com o Eurostat, o crescimento do PIB na área do euro ficou-se pelos 0,3%, no quarto trimestre, após os 0,2% registados no terceiro trimestre. Em termos homólogos, o PIB subiu 0,8%, mais uma décima do que no trimestre anterior. Entre os países membros destacaram-se a Alemanha e a Espanha com taxas de crescimento homólogas de 1,5% e 2,0%, respetivamente. Pela negativa, sobressaiu a Itália e o Chipre, com variações negativas de 0,3% e 1,9% da atividade, no mesmo período.

Zona Euro: Atividade Económica



Fonte: Bloomberg

A taxa de desemprego média terminou o ano nos 11,4%, ligeiramente abaixo do valor do final de 2013 (11,8%), escondendo, contudo, uma elevada dispersão entre os países membros. Por exemplo, na Alemanha a taxa de desemprego situa-se atualmente abaixo dos 5,0%, enquanto na Grécia, Espanha e Portugal atinge os 25,8%, 23,7% e 13,5%, respetivamente.

A recuperação da economia da Zona Euro permanece, pois, frágil e vulnerável a riscos, quer internos, quer externos. No plano interno, persiste a ameaça da deflação, consequência da queda dos preços das matérias-primas, nomeadamente da energia e da alimentação (em dezembro, a taxa de inflação fixou-se em -0,2%). No plano externo, a tensão com a Rússia, o intensificar dos conflitos no Médio Oriente e a instabilidade política na Grécia poderão prejudicar o crescimento.

Ainda assim, as últimas projeções do FMI apontam para uma recuperação da atividade económica em 2015 e 2016, com um crescimento de 1,2% e 1,4%, respetivamente, assente numa política monetária muito acomodática, políticas orçamentais de um modo geral mais neutras e uma melhoria nas condições de oferta de crédito. Por outro lado, a redução do preço das matérias-primas e a subida (ligeira) dos salários e do emprego deverão ter um impacto positivo na confiança dos consumidores e no consumo privado.

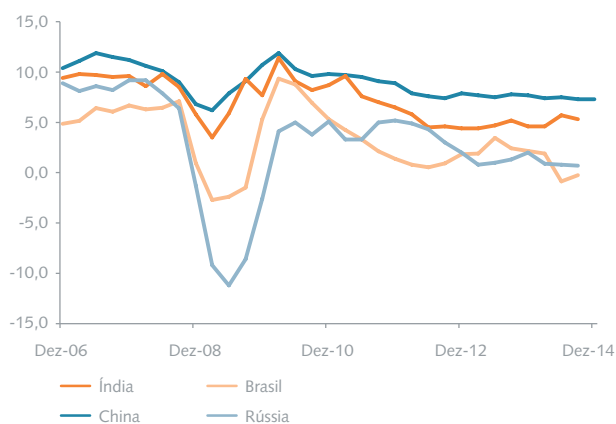
Países Emergentes

Um dos principais temas no radar dos investidores em 2014 foi certamente a evolução das economias emergentes e em desenvolvimento, na medida em que constituem um importante motor para o crescimento da economia mundial. As atenções redobram-se durante o segundo semestre do ano, em larga medida, devido à queda dos preços das matérias-primas. Contudo, o impacto desta queda não é igual no conjunto destes países.

Na Ásia emergente, o crescimento económico deverá fixar-se nos 6,5% e nos 6,4%, em 2014 e 2015, respetivamente, segundo o FMI. A economia chinesa é esperada continuar a trajetória de desaceleração, mas ainda assim com taxas de crescimento de 7,4% e 6,8% em 2014 e 2015, após os 7,8% obtidos em 2013. Por sua vez, na Índia, o crescimento do PIB deverá acelerar para os 5,8% e 6,3%, em 2014 e 2015, depois dos 5,0% registados em 2013.

Por seu turno, o crescimento económico - no Brasil e na Rússia é antecipado permanecer débil e condicionado pela evolução das matérias-primas. Segundo o FMI, o PIB do Brasil e da Rússia deverá subir 0,1% e 0,6% em 2014, respetivamente. Para 2015 é esperada uma melhoria muito ligeira da atividade no Brasil (0,4%), e uma recessão na Rússia (-3,0%), em virtude da exposição ao preço do petróleo, sanções económicas internacionais e tensão com a Ucrânia.

BRIC: Crescimento do PIB (% YoY)



Economia Nacional

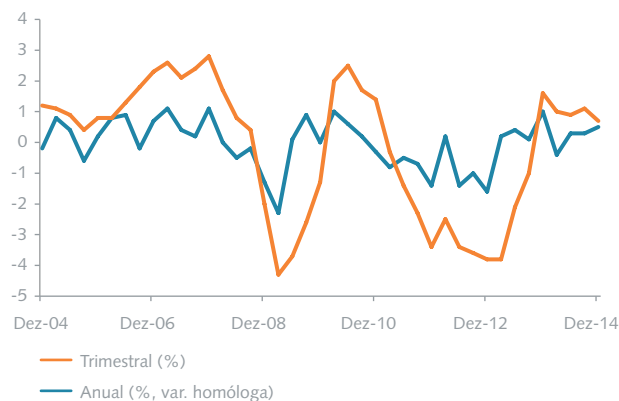
Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no quarto trimestre de 2014 o PIB nacional registou um crescimento homólogo de 0,7%, em termos reais, o que compara com a taxa de 0,9% registada no trimestre anterior.

Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no trimestre anterior, refletindo a desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida registou um contributo ligeiramente menos negativo para a variação homóloga do PIB, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços. Em termos acumulados, desde o início do ano até novembro, as exportações de bens registaram um crescimento de 1,7% face a igual período do ano anterior e as importações aumentaram 3,3%. No mesmo período, e excluindo combustíveis, as exportações e as importações aumentaram 4,1% e 6,7%, respetivamente. Relativamente ao comércio internacional de serviços, em termos acumulados desde o início do ano, as exportações registaram um aumento de 6,1%, em termos homólogos, enquanto as importações aumentaram 9,4%.

Para o conjunto do ano de 2014, o PIB registou um aumento de 0,9% em volume, após uma diminuição de 1,4% em 2013. Os fatores que contribuíram para este crescimento anual foram a procura interna e as exportações (2,6%).



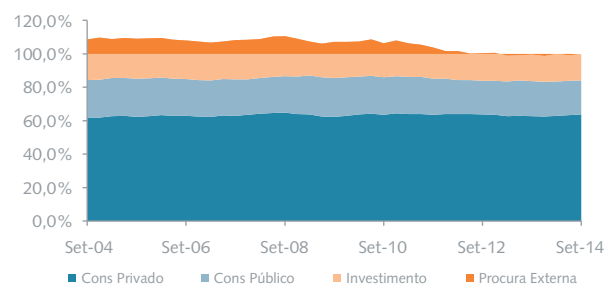
Evolução do PIB Nacional



No período de janeiro a outubro de 2014, o excedente conjunto das balanças corrente e de capital ascendeu a 3.397 milhões de euros, o que representa um aumento de 562 milhões de euros face ao registado no mesmo período de 2013. Esta evolução refletiu um aumento de 825 milhões de euros do excedente da balança corrente, que mais do que compensou a diminuição de 263 milhões de euros do excedente da balança de capital. O aumento do excedente da balança corrente resultou da melhoria dos saldos das balanças de serviços e de rendimento primário e secundário, compensando o aumento do défice da balança de bens face ao período homólogo.

A taxa de desemprego terminou o ano nos 13,5%, bem abaixo do valor verificado no final de 2013 (14,8%). Por sua vez, a taxa de inflação homóloga encerrou 2014 nos -0,4%.

Composição do PIB



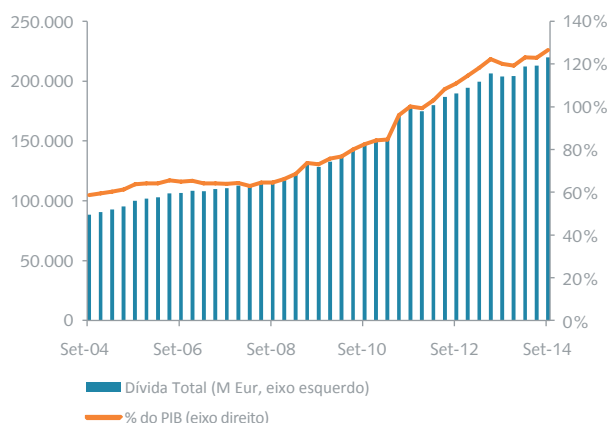
De acordo com a Síntese da Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento (DGO) de dezembro, em 2014, o défice do Estado, em contabilidade pública, ascendeu a 7.093 milhões de euros, o que compara com 7.665 milhões de euros no mesmo período do ano passado. Por sua vez, o saldo global da Administração Central e da Segurança Social ascendeu a -7.047 milhões de euros (-7.936 milhões de euros, em 2013), enquanto o excedente primário se situou em 535 milhões de euros, contra os -235 milhões de euros no mesmo período de 2013.

A receita fiscal da Administração Central e da Segurança Social aumentou 2,3% em relação ao período homólogo do ano passado, com os impostos diretos e indiretos a crescerem 0,8% e 3,5%, respetivamente. Em termos consolidados, a receita efetiva cresceu 1,2%. Do lado



da despesa, os custos com o pessoal apresentaram um aumento de 0,9%, contudo contrabalançados com a diminuição dos gastos com a aquisição de bens e serviços (-4,6%), juros e outros encargos (-1,5%), subsídios (-10%) e outras despesas correntes (-25%). De janeiro a dezembro, a despesa efetiva desceu 0,1%, face ao mesmo período de 2013, para os 75.536 milhões de euros.

Dívida Pública Portuguesa



Fonte: INE, IGCP

Projeções do Banco de Portugal: 2014-2016

	Pesos 2013 (PIB)	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto	100%	0,9%	1,5%	1,6%
Consumo Privado	65,7%	2,2%	2,1%	1,3%
Consumo Público	18,3%	-0,5%	-0,5%	0,5%
Formação Bruta de Capital Fixo	16,3%	2,2%	4,2%	3,5%
Procura Interna	100,7%	2,3%	1,0%	1,5%
Exportações	37,7%	2,6%	4,2%	5,0%
Importações	38,0%	6,3%	3,1%	4,7%
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)		2,6%	2,8%	2,9%
Balança de Bens e Serviços (% do PIB)		1,6%	2,5%	2,6%
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		-0,1%	0,7%	1,0%

Fonte: Banco de Portugal, Relatório de Inverno 2014

Por fim, uma nota sobre as projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa até 2016, divulgadas em dezembro. As últimas estimativas apontam para a continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade iniciada em 2013, com um crescimento de 0,9% em 2014 e de 1,5% e 1,6% em 2015 e 2016, respetivamente, o que configura um crescimento médio, neste período, ligeiramente acima do projetado para a Zona Euro. Estas projeções incorporam a manutenção do bom desempenho das exportações e uma aceleração do investimento em 2015-2016, a par de alguma desaceleração do consumo privado. A evolução da procura interna é esperada continuar condicionada pelo ainda elevado endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental. Desta forma, o dinamismo do setor exportador e a desaceleração do consumo privado, deverão permitir a manutenção de excedentes da balança corrente e de capital ao longo dos próximos dois anos.

Indicadores Económicos

	2014	2015	2016
Varição PIB			
Economia Mundial	3,3%	3,5%	3,7%
EUA	2,4%	3,6%	3,3%
Japão	0,1%	0,6%	0,8%
Zona Euro	0,8%	1,2%	1,4%
Portugal	0,9%	1,5%	1,6%
Taxa de desemprego			
EEUA	6,2%	5,6%	5,3%
Japão	3,6%	3,5%	3,5%
Zona Euro	11,4%	11,1%	10,8%
Portugal	13,7%	12,8%	12,4%
Investimento			
EUA	3,5%	5,3%	5,6%
Japão	3,7%	-1,0%	-0,5%
Zona Euro	0,5%	1,2%	3,1%
Portugal	2,2%	4,2%	3,5%
Inflação (CPI var. face ao ano anterior)			
EUA	1,7%	1,4%	2,0%
Japão	2,9%	1,8%	1,6%
Zona Euro	0,5%	0,6%	1,0%
Portugal	-0,2%	0,2%	0,4%
Consumo Privado			
EUA	2,3%	2,9%	2,8%
Japão	-0,9%	1,0%	1,2%
Zona Euro	0,7%	1,0%	1,3%
Portugal	2,2%	2,1%	1,3%
Consumo Público			
EUA	0,5%	0,3%	0,5%
Japão	0,3%	0,3%	0,5%
Zona Euro	0,8%	0,4%	0,6%
Portugal	-0,5%	-0,5%	0,5%

Fonte: FMI (Jan-15), OCDE (Nov-14), Banco de Portugal (Dez-14)

Mercados

O ano de 2014 terminou com o principal mercado acionista mundial – o norte-americano – perto dos máximos históricos e as *yields* das obrigações soberanas europeias em mínimos. Por sua vez, muitas economias emergentes encontram-se sob pressão devido à queda das matérias-primas, nomeadamente do petróleo, e da esperada subida das taxas de juro nos Estados- Unidos.

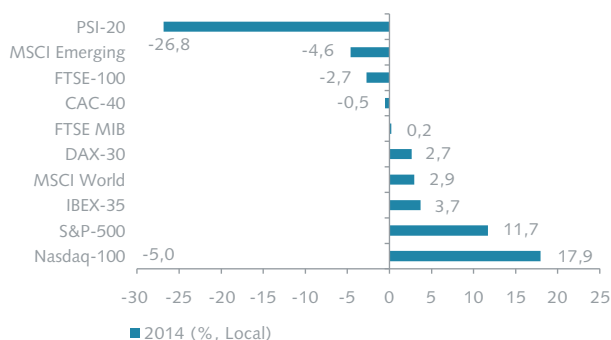
Mercados Acionistas

Nos Estados-Unidos, os índices S&P-500 e Nasdaq-100 terminaram 2014 com valorizações de 11,4% e 17,9%, em USD. A volatilidade voltou ao mercado no quarto trimestre, com flutuações abruptas em outubro e dezembro, provocadas pela incerteza quanto à política monetária da Reserva Federal (FED) e, mais recentemente, devido à deterioração das estimativas de crescimento nas economias emergentes. Ainda assim, estes dois *benchmarks* fecharam o ano muito perto dos máximos históricos.

Na Europa, o cenário foi menos positivo, com os índices Stoxx-600 e EuroStoxx-50 a registar subidas de apenas 4,4% e 1,2%, respetivamente. Por sua vez, os índices alemão e inglês variaram 2,7% e -2,7%. No grupo dos países periféricos, os *outperformers* foram a Irlanda e a Espanha, com subidas de 15,1% e 3,7%, respetivamente. Pela negativa destacaram-se, ainda que por razões distintas, os mercados grego e português, com quedas de 29% e 27%, respetivamente.

No universo dos mercados emergentes, o ano de 2014 foi igualmente negativo. O *benchmark MSCI Emerging* desvalorizou 4,6%, em USD. O *outperformer* foi o mercado indiano, impulsionado pelas boas perspetivas de crescimento económico (subida do PIB de 6,4%, em 2015) e estabilização da taxa de inflação. Pela negativa, destacaram-se a Rússia, o Brasil e os mercados africanos, mais correlacionados com a evolução (leia-se queda) dos preços do petróleo.

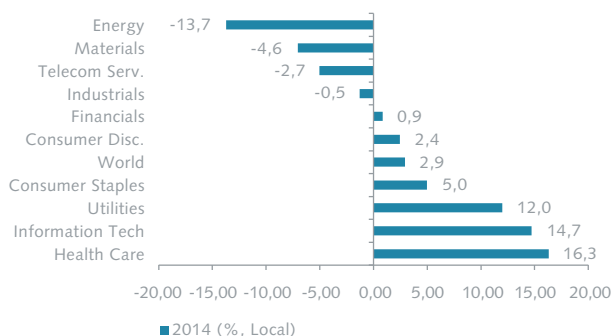
Evolução dos Principais Índices Bolsistas



Fonte: Bloomberg

Sectorialmente, as empresas Farmacêuticas (+16,3%), Tecnológicas (+14,7%) e as Utilities (+12,0%) registaram os melhores desempenhos, medidos pelos índices globais da MSCI, em USD. Pelo contrário, os setores das Telecomunicações, dos Materiais e da Energia registaram quedas de 5,0%, 7,1% e 13,7%, respetivamente, em 2014.

Evolução dos Índices Sectoriais Mundiais



Fonte: Bloomberg

Tal como referido, o índice nacional (PSI-20) perdeu quase 27%, em 2014. O ano fica decisivamente marcado pelo colapso do Grupo Espírito Santo e, por arrasto, do Banco Espírito Santo e, indiretamente, da Portugal Telecom SGPS, cujas ações perderam 72,7%, no total do ano. O setor financeiro foi também severamente penalizado (Banif -45,8%, BCP -32,0% e BPI -15,6%), assim como a Mota-Engil (-38,5%) e a Galp (-29,2%), estas últimas devido à queda do preço do petróleo. A Jerónimo Martins foi igualmente muito penalizada (-41,4%) devido à pressão sobre os resultados provocada pela diminuição dos preços dos produtos alimentares e maior concorrência na Polónia. Pela positiva destacaram-se as ações dos CTT (+43,4%), da EDP Renováveis (+40%) e da Semapa (+23,1%).

Evolução do Índice PSI-20



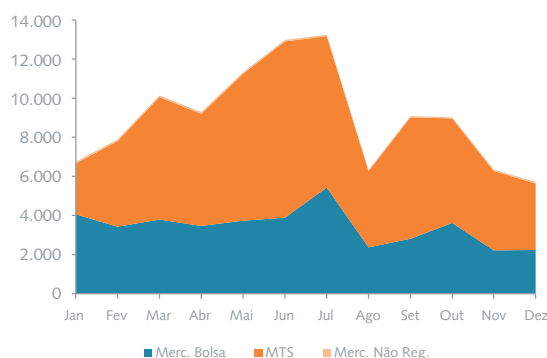
Fonte: Bloomberg

O valor transacionado no mercado secundário a contado totalizou 39,7 mil milhões de euros em 2014, mais 27,3% do que no ano anterior. Os mercados regulamentados continuaram a ser responsáveis pela quase totalidade do montante transacionado, com um valor de 38,8 mil milhões de euros. No MTS Portugal, o volume transacionado sobre títulos de dívida totalizou 66,2 mil milhões de euros, o que compara com os 11,9 mil milhões registados em 2013 (+455%).





Evolução do Volume de Transações no Mercado Secundário

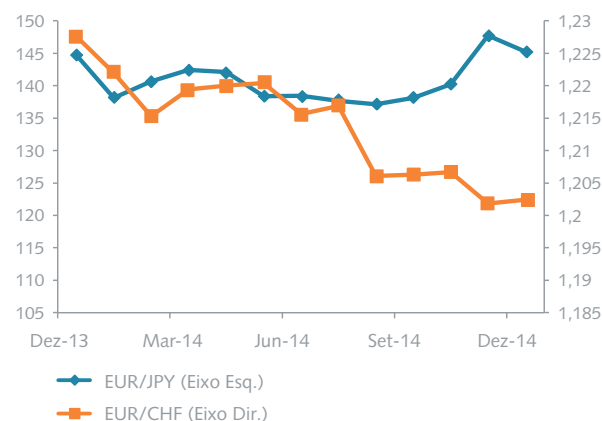
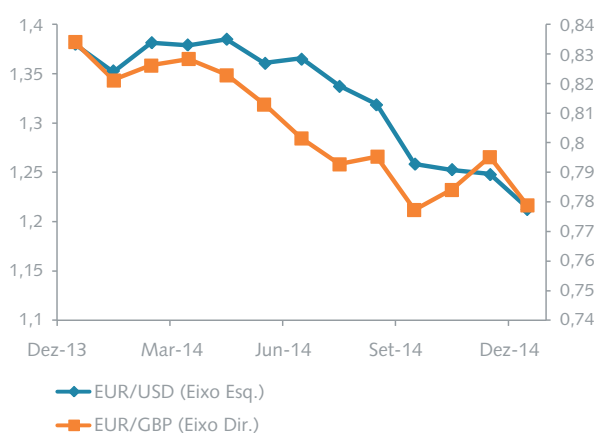


Unidade: Milhões de euros. Fonte: CMVM

Mercado Cambial

Um dos principais movimentos nos mercados financeiros em 2014 foi a forte apreciação do dólar norte-americano (USD). Face à moeda europeia, a subida fixou-se nos 13,6%, suportada em melhores indicadores económicos e em políticas monetárias divergentes, considerando que a FED equaciona o início da subida das taxas de juro diretoras, enquanto na Zona Euro o Banco Central Europeu (BCE) se prepara para avançar com novos estímulos monetários, incluindo a criação de massa monetária para a compra de obrigações governamentais, de forma a combater a tendência de queda da taxa de inflação. Por sua vez, face à moeda nipónica (JPY), o USD apreciou 13,7%, igualmente impulsionado pela política monetária agressiva em curso no Japão. Deste modo, o índice DXY, que mede a evolução do USD contra um cabaz de várias moedas, valorizou 12,8%, em 2014.

Evolução das Taxas de Câmbio



Fonte: Bloomberg

Taxas de Juro

Na Zona Euro, as principais taxas de juro de referência terminaram o ano de 2014 em valores mínimos históricos. Nos prazos mais curtos, a Euribor a 3 meses encerrou o ano nos 0,078%, e nas maturidades mais longas, as taxas para swaps a 5 e 10 anos fixaram-se nos 0,36% e 0,81%, com quedas de 90 e 134 bps, respetivamente, no ano.

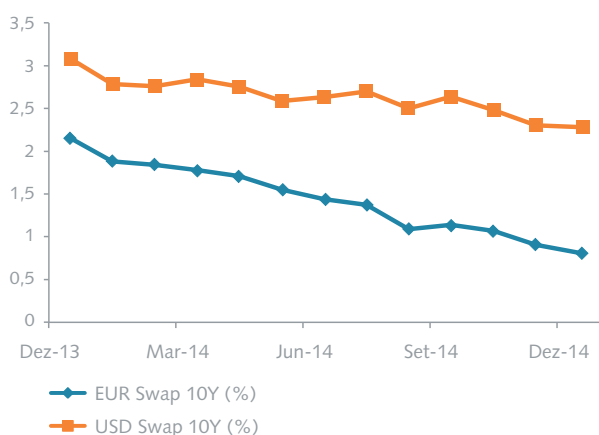
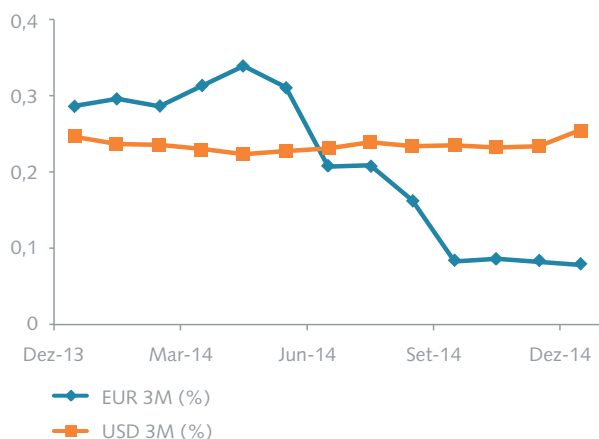
O BCE desceu a sua taxa diretora de 0,25% para 0,15% em junho, tendo em setembro descido novamente para 0,05%.

Por seu turno, nos Estados-Unidos, a Libor a 3 meses terminou o ano nos 0,26%, ligeiramente acima do mínimo registado em Abril-14, nos 0,22%. Nos prazos mais longos, nomeadamente a 10 anos, a taxa swap encerrou o ano em queda, nos 2,28%, bem abaixo do valor de final de 2013 (3,09%), pressionada pelo efeito da forte procura por ativos em USD, nomeadamente *Treasuries*.

Ao contrário do BCE, a FED não alterou a sua taxa diretora (nos 0,25% desde dezembro de 2008), apesar dos crescentes sinais de que poderá aumentar as taxas ao longo de 2015, em resposta à melhoria recente dos indicadores macroeconómicos.



Evolução das Taxas de Juro de CP e LP



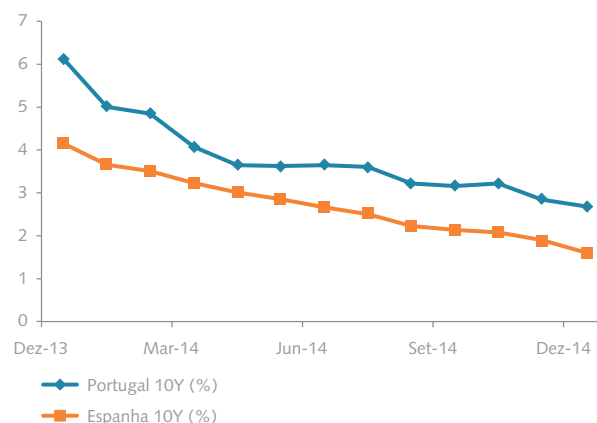
Fonte: Bloomberg

Mercados Obrigacionistas

Dívida Pública

2014 voltou a ser um bom ano para as obrigações de dívida pública. Na Zona Euro, a perspectiva da adoção de uma política mais agressiva pelo BCE, incluindo a compra de obrigações governamentais dos estados membros, contribuiu para a forte descida dos prémios de risco dos mercados periféricos. O diferencial de *yields* a 5 anos entre Portugal e a Alemanha caiu 268 bps, dos 412 para os 144 bps. Nos 10 anos, o prémio de risco de Portugal desceu para os 215 bps, face aos 420 bps do final de 2013. Também face a Espanha este diferencial de *yields* a 10 anos diminuiu significativamente, dos 198 bps para os 108 bps em 2014, refletindo igualmente uma melhoria na perceção de risco.

Yields a 10 anos: Portugal e Espanha

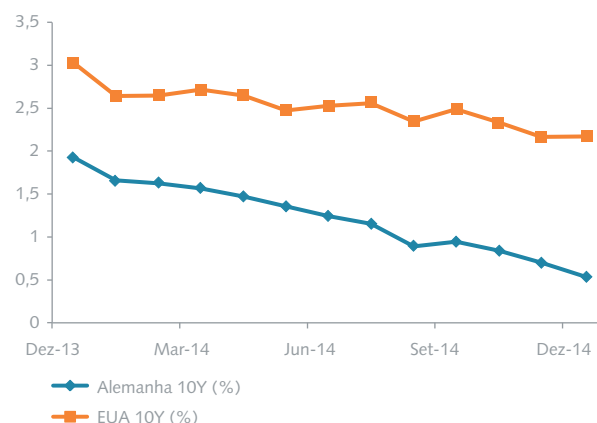


Fonte: Bloomberg

Relativamente à dívida pública *core*, destaque para os níveis mínimos atingidos pelas *yields* dos *Bunds* alemães a 10 anos, que terminaram o ano nos 0,54%. Para esta forte diminuição (no final de 2013 situavam-se nos 2,69%) muito contribuíram as perspectivas de fraco crescimento económico na Zona Euro, a tendência de queda da taxa de inflação, a procura de ativos 'seguros' face às tensões geopolíticas (Rússia, Médio Oriente) e, mais recentemente, a instabilidade política na Grécia.

Nos Estados- Unidos, as *yields* dos *Treasuries* a 10 anos fecharam o ano igualmente em tendência de queda, apesar da aceleração da atividade económica registada no segundo e terceiro trimestres. De facto, a expectável subida das *yields*, à luz dos bons dados macroeconómicos, acabou por ser contrabalançada pela apreciação do USD e pelo elevado diferencial de taxas face à Alemanha.

Yields a 10 anos: Alemanha e EUA



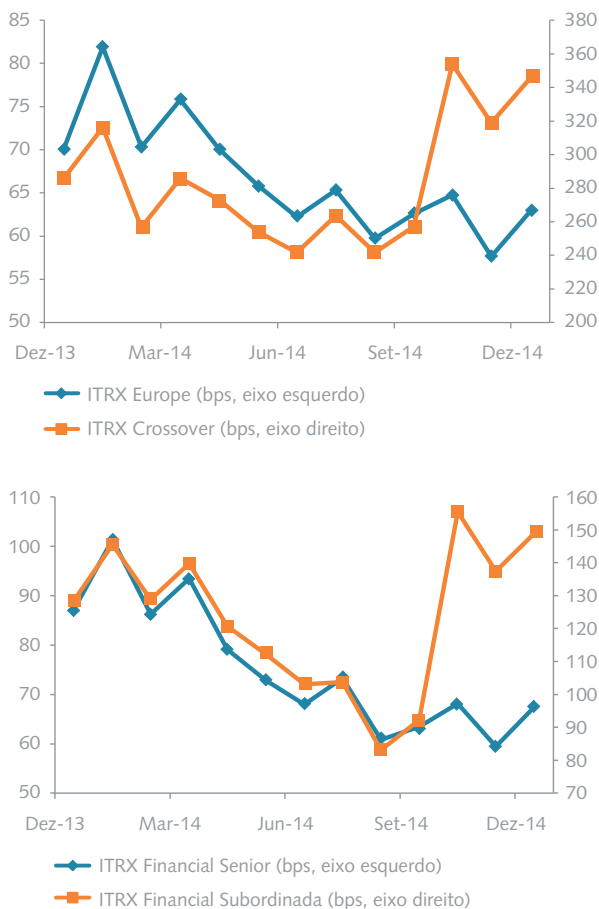
Fonte: Bloomberg



Dívida Privada

Na Europa, os *spreads* de crédito das obrigações *Investment Grade* terminaram, em média, o ano nos 63 bps, ligeiramente abaixo do nível do final de 2013 (70 bps). Por sua vez, no segmento *High Yield*, os *spreads* aumentaram 60 bps, dos 286 para os 346 bps em 2014, refletindo a maior volatilidade e aversão ao risco dos investidores, tal como verificado nos mercados acionistas, em especial na segunda metade do ano. A rentabilidade desta classe de ativos ficou, pois, muito aquém dos ganhos verificados nos anos anteriores, com os investidores cautelosos e céticos quanto ao potencial para novos (e significativos) estreitamentos de *spreads*.

Evolução dos *spreads* de crédito na Europa



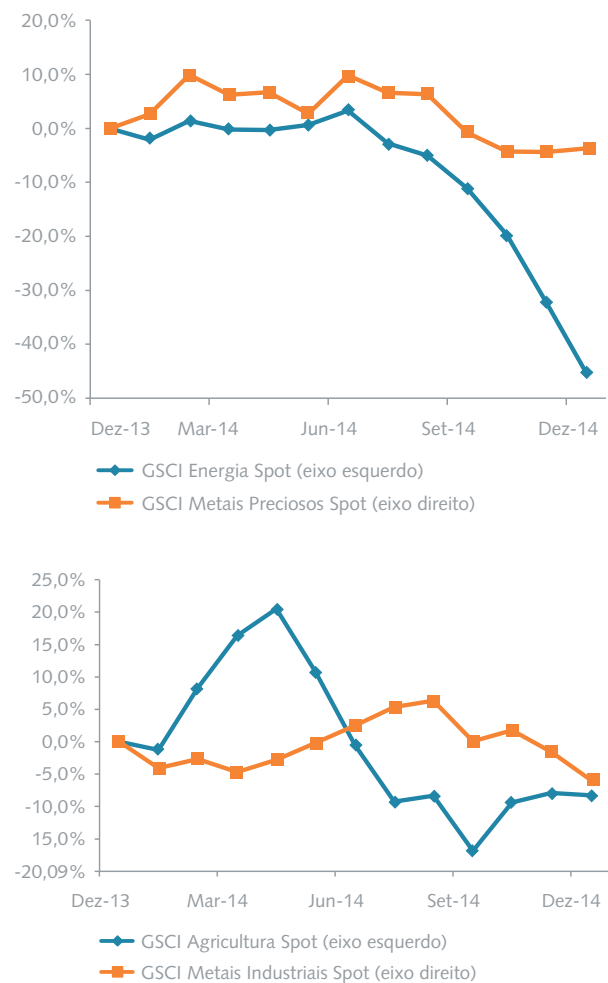
Fonte: Bloomberg

Commodities

Os preços das matérias-primas caíram, em média, 34% em 2014, medidos pelo índice S&P GSCI Spot, em USD. O grande responsável por esta queda foi o petróleo, cuja cotação perdeu 46%. Os restantes setores registaram igualmente perdas, ainda que de menor valor, compreendidas entre os -3,8%, dos Metais Preciosos, e os -8,3% dos Produtos Agrícolas.

Na base da queda abrupta do preço do barril do petróleo estiveram fatores relacionados tanto com a procura como com a oferta. Do lado da procura, estiveram, sobretudo, os receios de uma desaceleração maior do que a esperada da economia chinesa (e europeia) e aumento da produção interna norte-americana. Do lado da oferta, a recente decisão dos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em manter os níveis de produção exacerbou o movimento.

Evolução das *Commodities*



Fonte: Bloomberg

Síntese da atividade desenvolvida



Indicadores Consolidados

Indicadores (Euros)	2012	2013	2014
Margem Financeira	13.379.215	10.704.623	12.577.205
Resultados de Operações Financeiras	6.152.895	5.122.478	9.290.279
Comissões Líquidas	1.304.210	1.633.123	1.986.459
Outros Proveitos de Exploração LÍq.	151.970	33.765.202	(754.999)
Produto Bancário	20.988.290	51.225.426	23.098.944
Custos com Pessoal	(4.896.550)	(4.882.233)	(5.067.881)
Outros Gastos Administrativos	(3.770.569)	(4.201.582)	(4.606.453)
Custos de Estrutura	(8.667.119)	(9.083.815)	(9.674.334)
Amortizações	(858.018)	(853.662)	(705.949)
Provisões e imparidades Líquidas	(6.860.479)	(19.380.933)	(4.318.171)
Resultados antes de Impostos	4.602.674	21.907.016	8.400.490
Provisão para Impostos	(1.588.158)	2.725.009	(3.545.754)
Resultados Líquidos	3.022.241	24.631.263	4.833.610
Rendimento Integral	14.582.481	27.415.970	11.837.748
Crédito Concedido Líquido	199.678.844	175.111.528	185.344.856
Recursos Captados	553.685.128	493.211.158	522.646.926
Capitais Próprios	65.393.377	92.777.806	104.422.253
Ativo Líquido	628.231.910	595.172.391	645.759.316



O ano de 2014 foi positivo para a generalidade da banca europeia. Assistiu-se a uma diminuição significativa dos prémios de risco que, conjugada com a descida das taxas de juro, beneficiou as empresas por via da redução dos encargos financeiros. A credibilidade do setor bancário europeu aumentou significativamente, em consequência dos processos de *Asset Quality Review* e *Stress Tests* promovidos pelo BCE junto das principais instituições financeiras da zona euro. No final de 2014, o BCE tomou diretamente a seu cargo a supervisão bancária dos principais bancos europeus, garantindo assim uma uniformização de critérios de avaliação e de controlo, passo fundamental para o aumento do grau de integração da zona euro e da credibilização do sistema bancário europeu.

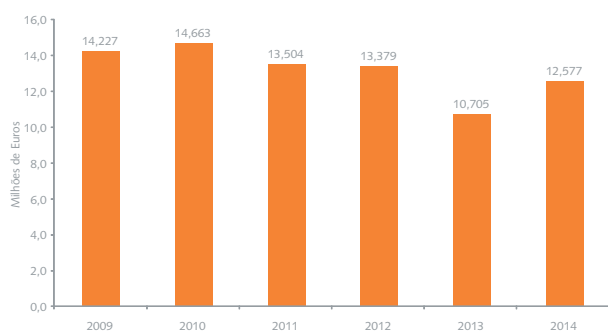
Em Portugal, não obstante a existência de um contexto europeu progressivamente mais favorável, os principais bancos voltaram a apresentar resultados negativos, penalizados ainda pela constituição de imparidades e reconhecimento de perdas relacionadas com a atividade de crédito, reflexo da conjuntura económica extremamente adversa que se verificou em Portugal nos últimos anos.

A exemplo dos anos anteriores, a atividade do Banco Invest registou um saldo muito positivo. O Rendimento Integral Consolidado atingiu 11,8 milhões de euros, e os Resultados Líquidos Consolidados os 4,8 milhões de euros (Por opção de gestão, o Banco contabiliza os ganhos de parte significativa dos investimentos financeiros em rubricas de reservas e não de resultados, cerca de 7 milhões de euros, o que explica a diferença entre os dois agregados).

De facto, verificou-se um forte aumento da atividade do Banco, com as principais rubricas do produto bancário a crescerem significativamente, em resultado do incremento do número de clientes e da conjuntura favorável do mercado de capitais.

A margem financeira cresceu 17,5% para 12,6 milhões de euros, como consequência, por um lado, do crescimento de 5,8% da carteira de crédito, e por outro, do facto do Banco ter conseguido que a diminuição das taxas oferecidas na captação de recursos de clientes fosse superior à queda dos proveitos de juro provocada pela descida das taxas de juro.

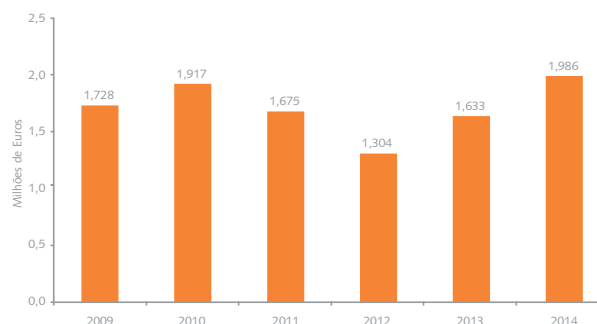
Evolução da Margem Financeira



Fonte: Banco Invest

As comissões líquidas cresceram 22%, atingindo os 2 milhões de euros. Para este comportamento contribuíram essencialmente as áreas de desintermediação financeira, como a corretagem, a colocação e a custódia de fundos de investimento, e a gestão de carteiras de títulos. O aumento dos proveitos associados a estes serviços é, por um lado, explicado pelo crescimento do número de clientes e, por outro, pelo ambiente de reduzidas taxas de juro, bastante propício à diversificação dos investimentos dos clientes.

Evolução das Comissões Líquidas



Fonte: Banco Invest

Os Resultados de Operações Financeiras cresceram para 9,3 milhões de euros, refletindo o ganho proveniente da gestão do risco de taxa de juro e da redução de *spreads* de obrigações da zona euro. A exemplo de anos anteriores, estes resultados foram obtidos com uma reduzida exposição a dívida pública portuguesa, reflexo de uma prudente política de segregação de risco país. De facto, na exposição a risco Portugal, o Banco privilegia a concessão de crédito a clientes nacionais - empresas e particulares.

As imparidades líquidas atingiram os 4,3 milhões de euros, essencialmente como consequência das alterações regulamentares que entraram em vigor em 2014. O Banco procurou refletir estas alterações nas demonstrações financeiras de 2013, mas não logrou obter a informação necessária para o fazer.

O Ativo Líquido aumentou 8,5%, em resultado do crescimento do crédito e do investimento em obrigações europeias. No término do exercício, o total do Ativo Líquido ascendia a 645,8 milhões de euros.

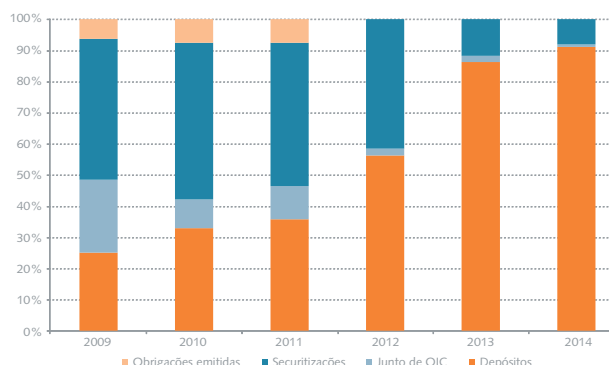
O Banco continuou a aumentar a sua base de clientes, com os depósitos a crescerem 19%, para os 278 milhões de euros. Este crescimento, substancialmente acima do valor alcançado pelo setor, reflete o reconhecimento do mercado quanto à solidez e qualidade dos produtos e serviços do Banco Invest.

Apesar do crescimento do ativo, o Banco reduziu os recursos obtidos junto do Banco Central Europeu em 2,2% para 216,7 milhões de euros. Este tipo de recursos é utilizado para financiar uma parte da carteira de títulos do Banco, e constitui uma forma de o Banco otimizar a gestão do seu

balanço. A todo o momento, este financiamento pode ser reembolsado, através da venda dos títulos no mercado.

O rácio de transformação de depósitos em crédito, não corrigido com as operações de titularização, reduziu-se de 75% para 67%, em resultado do forte crescimento verificado nos recursos. Este rácio mantém-se como um dos melhores do setor bancário nacional, e espelha a manutenção de uma estrutura financeira robusta, assente na captação de recursos estáveis.

Evolução da Estrutura de Recursos (excluindo BCE)



Fonte: Banco Invest

No final do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco Invest, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingiu os 21,6%. Os rácios *Common Equity Tier I* e *Tier I Capital* fixaram-se ambos nos 21,3%. O Banco Invest continua a estar entre as instituições mais sólidas do setor financeiro nacional.

Atividade Desenvolvida

Clientes Empresas

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco Invest uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que se têm revelado de valor acrescentado em diversas operações.

O elevado grau de formação e experiência dos profissionais do Banco e a rapidez dos processos internos de decisão asseguram a qualidade dos serviços prestados, indo ao encontro das necessidades específicas de cada cliente.

Gestão de Risco

Em 2014, a atividade de produtos financeiros derivados para Empresas, à semelhança do sucedido no ano anterior, manteve-se concentrada nos segmentos de taxas de câmbio e *commodities*. Menos significativo foi o volume transacionado de coberturas de taxa de juro, reflexo natural

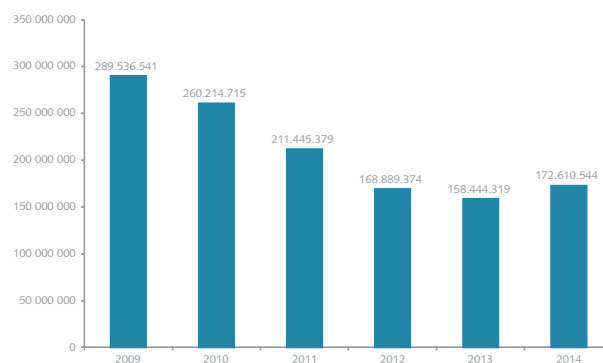
da atual conjuntura económica e perspectiva de manutenção das taxas de juro em níveis historicamente baixos nos próximos anos.



Crédito a Empresas

Em 2014 o Banco conseguiu inverter a tendência verificada nos últimos anos e aumentou a exposição creditícia a empresas nacionais. A carteira cresceu 8,9% para 172,6 milhões de euros.

Evolução do Crédito Vincendo Atividade Empresarial



Fonte: Banco Invest

A carteira de crédito apresenta uma elevada dispersão, sendo maioritariamente composta por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial.

No final de 2014, o grau de cobertura da carteira de crédito por garantias reais situava-se nos 73%. No crédito com garantias reais, o montante do capital em dívida ascendia a 51,8% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*).

Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respetivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objeto de reavaliação periódica, por Técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que refletem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários regionais, natureza dos imóveis, potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.



Garantias sobre Crédito Vincendo à Atividade Empresarial

Crédito à atividade empresarial - 2014

	Capital	Tipo de garantia			
		Imobiliária	Outras	Penhores	Total
Com garantia					
Mútuo	51.812.047	59.453.942	1.662.628	33.711.260	94.827.830
Leasing Imobiliário	69.403.092	143.278.034	642.251	568.281	144.488.566
Leasing Mobiliário	635.487	0	0	0	0
Contas Correntes	3.413.458	593.462	0	1.735.039	2.328.501
Sem garantia	47.346.460	0	0	0	0
Total	172.610.544	203.325.439	2.304.878	36.014.580	241.644.897

Clientes Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia a dia, o Banco Invest oferece aos seus clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto alargado de alternativas de investimento, podendo optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

Durante o ano de 2014, o Banco alargou de forma significativa o número de fundos de investimento disponibilizados, com a assinatura de vários novos acordos de distribuição com as mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais. A oferta total ultrapassa os 1.000 fundos de investimento, contemplando todas as classes de ativos e mercados geográficos.

Adicionalmente, o Banco manteve uma oferta variada e completa de *Exchange Traded Funds* e, para clientes mais conservadores, de Depósitos Indexados, com capital garantido e remuneração indexada a ações. Em 2014, a estrutura mais utilizada permaneceu o *Call Spread* sobre *baskets* de ações, visando beneficiar da tendência positiva dos mercados acionistas.

Gestão de Ativos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discricionária ao investimento direto em produtos transacionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros. Para os Clientes que desejam uma maior intervenção na gestão das suas poupanças mantendo, contudo, um aconselhamento profissional, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço de *Advisory*. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efetuadas periodicamente, deixando ao Cliente a decisão da respetiva implementação.

Em 2014, os produtos geridos e originados pelo Banco continuaram a registar rendibilidades muito positivas, tanto em termos absolutos como relativos, potenciadas pela robustez dos processos de alocação de ativos e gestão de risco implementados.

Entre estes produtos, vale a pena destacar os seguintes:

- O fundo Alves Ribeiro PPR, cuja rendibilidade, em 2014, atingiu os 8,4%. Desde o lançamento do Fundo, a rendibilidade média anual ascende a 6,9%, a melhor na sua categoria.
- No serviço de Gestão Discricionária, destaque para a carteira Invest Moderado, com uma rendibilidade anual de 4,4%. Desde o início da gestão, em novembro de 2012, a rendibilidade anualizada ascende a 7,4%.
- O produto “Invest Seleção Portugal (Ser. 1/13)”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 empresas nacionais. O produto, com uma maturidade máxima

de 12 meses, foi reembolsado no primeiro trimestre, com uma rentabilidade de 11,71% (TANB).

- O produto “Invest Healthcare (Ser. 1/13)”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 empresas farmacêuticas multinacionais. O produto, com uma maturidade de 12 meses, foi reembolsado no segundo trimestre, com uma rentabilidade de 10% (TANB).
- O produto “Invest Security (Ser. 1/13)”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 empresas globais com atividade no setor da segurança. O produto, com uma maturidade de 12 meses, foi reembolsado no terceiro trimestre, com uma rentabilidade de 8,50% (TANB).
- O produto “Invest Super Brands (Ser. 1/13)”, um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às ações de 5 empresas multinacionais e com marcas de elevada notoriedade. O produto, com uma maturidade de 12 meses, foi reembolsado no quarto trimestre, com uma rentabilidade de 7% (TANB).

Durante o ano de 2014, o Banco emitiu 48 novos produtos estruturados, sob a forma de depósitos indexados, notes e swaps.

Corretagem

O Banco Invest está presente no segmento de *Prime Brokerage* e na Corretagem online.

No segmento de *Prime Brokerage*, com vista a garantir a qualidade do serviço prestado, o Banco privilegia o relacionamento direto dos Clientes com os *traders*, o aconselhamento ativo com base em análise fundamental e técnica, a gestão de ordens, a análise de tendências e níveis de entrada e saída de títulos. Por outro lado, revela-se cada vez mais importante a gestão dos riscos envolvidos nas várias estratégias seguidas pelos investidores. No segmento da corretagem online, os clientes do Banco Invest podem dar ordens através do site – *desktop* e *mobile* – ou através da plataforma de *trading* “Invest Trader”. Destaca-se a total integração das ordens pelo telefone, site e plataforma de *trading*, que distingue o Banco da maior parte dos seus concorrentes.

Em 2014, o Banco Invest registou um aumento do volume de negócios em torno dos 15%. A atividade *online* continuou a ganhar peso relativo no volume de negócios global. No final de 2014, o canal online representava 43,3% no segmento das ações, e 64,3% no segmento dos derivados, o que corresponde a um crescimento, em 2014, de 73% e 46% respetivamente.

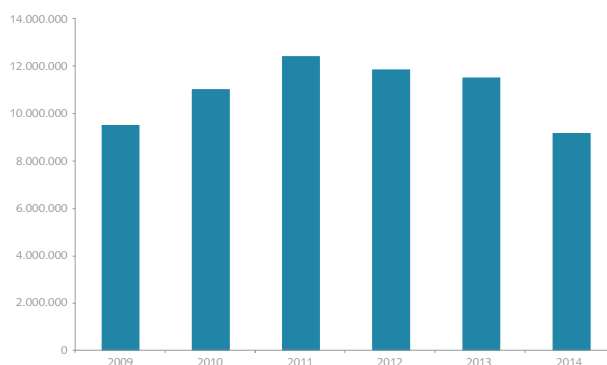
Crédito a particulares

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos. Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respetivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investida em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Em 2014, voltou a verificar-se uma diminuição da carteira de crédito afeta a Clientes particulares, em virtude da redução do crédito concedido para a aquisição de títulos. De facto, apesar do número de clientes utilizadores de contas margem ter aumentado, o volume total reduziu-se, verificando-se um menor grau de alavancagem por cliente.

Evolução do Crédito Vincendo Clientes Particulares



Valores em euros. Fonte: Banco Invest

Clientes Institucionais

Em 2014, o Banco continuou a desenvolver a sua atividade junto dos operadores institucionais nacionais de grande e média dimensão, desenvolvendo relações de confiança que se traduzem em parcerias de médio e longo prazo.

O Banco continua a apostar na qualidade de serviço e elevado grau de especialização, contando com a experiência dos seus quadros, com uma estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos e uma Administração envolvida e próxima da condução corrente do negócio.





Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento para operadores independentes de média dimensão.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito ativos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais, oferecendo soluções personalizadas que ajudam os gestores de fundos a alcançarem os seus objetivos.

O Banco conjuga uma atividade proativa na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus clientes, tanto no *sell* como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.

Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais, na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras para os respetivos clientes. A oferta disponibilizada inclui produtos sobre ações e índices de ações, taxas de juro e câmbios e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas. Ao longo do ano, foram originados vários produtos estruturados, na sua maioria sobre ações individuais. Pela conjuntura de mercado – elevada volatilidade nos mercados acionistas – a estrutura que suscitou maior interesse foi, mais uma vez, o Reverse Convertible, um produto com um cupão fixo elevado, função da volatilidade do Indexante, mas com risco de perda de capital.

Durante o ano de 2014, esta área de negócio registou novamente um crescimento significativo, tanto ao nível dos montantes colocados (+22%, relativamente ao ano anterior), como ao nível de novos clientes, resultado do esforço de diversificação, num cenário de elevada concorrência.

Gestão de Risco

A crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros tornam cada vez mais importante a questão da gestão do risco, também, para os clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a estes desafios com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas. O leque de produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, visando beneficiar das expectativas do Cliente para os mercados para obter um melhor nível de cobertura.

Custódia

O ano de 2014 foi particularmente difícil para o mercado de capitais em Portugal, com consequências na indústria dos fundos de investimento. Ainda assim, o Banco Invest manteve a sua posição de referência enquanto banco depositário para as sociedades gestoras de fundos (mobiliários, imobiliários e de capital de risco) independentes a atuar no mercado nacional.

O ano terminou com o Banco a solidificar a sua quota de mercado neste segmento, mantendo a custódia de perto de 50 fundos de investimento de diversos tipos.

Atividade de Carteira Própria

Gestão de Riscos de Mercado

O Banco intervém de forma ativa na gestão dos diversos riscos de mercado: ações, obrigações, fundos, câmbios e respetivos derivados.

A gestão de riscos de mercado tem como objetivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

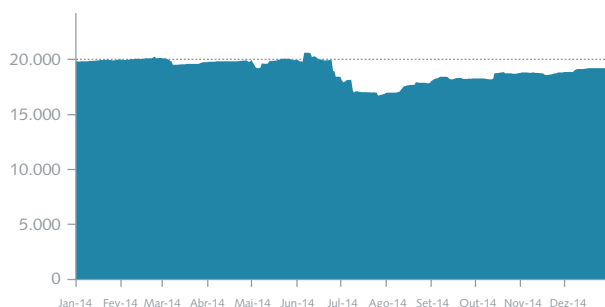
O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos segmentos de mercado.

A definição dos limites de risco, globais e parcelares, assenta em metodologias de *Value at Risk*, análise de risco de crédito – *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por ativo, por setor e por país.

As várias estratégias utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de ativos e estilos de negociação, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta atividade. O peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.



VaR Anual da Carteira Total



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

No final de 2014 o *Value at Risk* (VaR) médio anual do total da Sala de Mercados, pressupondo a totalidade da carteira valorizada a preços de mercado, foi de 19 milhões de euros, sendo que ao longo do ano oscilou entre os 16,7 e os 21 milhões de euros. O VaR apresentou valores mais baixos que no ano de 2013 em virtude da menor volatilidade dos mercados financeiros que se verificou com a estabilização da crise das dívidas soberanas na zona Euro.

Gestão de Risco Ações

O Banco intervém no mercado de ações através da Carteira de Investimento (Carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda) e da Carteira de Negociação.

As aplicações efetuadas no âmbito da gestão da Carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos setores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de ações e de comparação entre retorno esperado de ações e obrigações.

As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo o gestor intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Em termos de títulos, o objetivo é ter uma carteira longa, podendo esta, em ocasiões menos favoráveis, não existir. Em termos de futuros, o Banco pode ter posições longas ou curtas, de acordo com as expectativas de evolução do mercado.

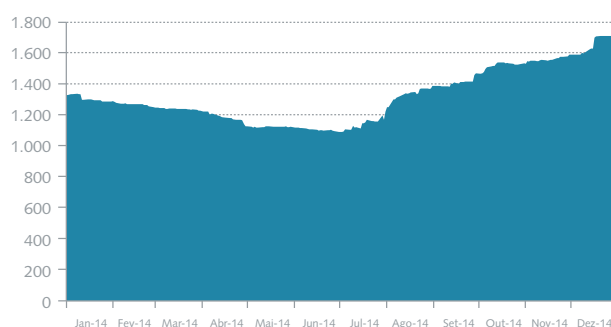
Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic Trading* – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de

indicadores que determinem movimentos significativos de mercado.

Em 2014, o VaR anual da carteira de ações foi pouco expressivo durante o primeiro semestre, tendo aumentado no segundo semestre à medida que o Banco efetuou investimentos que originaram o aumento de risco. Em dezembro, o VaR atingiu os 1,7 milhões de euros.

A tendência de aumento do risco em ações deve permanecer em 2015, na sequência da aprovação de uma política de investimentos em que é dada maior relevância a esta classe de ativos.

VaR Anual da Carteira de Ações



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Gestão de Risco Taxa de Juro

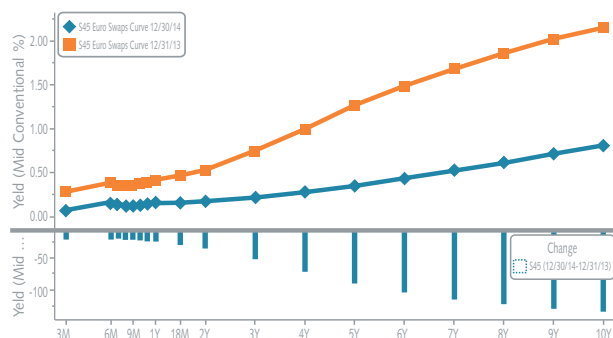
Refletindo os receios de deflação na zona euro e a política monetária expansionista do BCE, as taxas de juro desceram ao longo de 2014, de forma contínua e acentuada, em toda a curva de rendimentos.

Nos prazos mais curtos, as taxas foram muito condicionadas pelas duas descidas das taxas diretoras do BCE, para 0,15% em junho e 0,05% em setembro, assim como pela definição de uma taxa negativa de 0,1% para depósitos junto daquela instituição.

Nas maturidades mais longas, o movimento de queda foi mais expressivo, em consequência da expectativa de implementação de um programa de recompra de títulos por parte do Banco Central (*Quantitative Easing*) e também pelo facto dos investidores não preverem que a recuperação da atividade económica da zona euro suporte, a médio prazo, subidas relevantes nas taxas de juro.



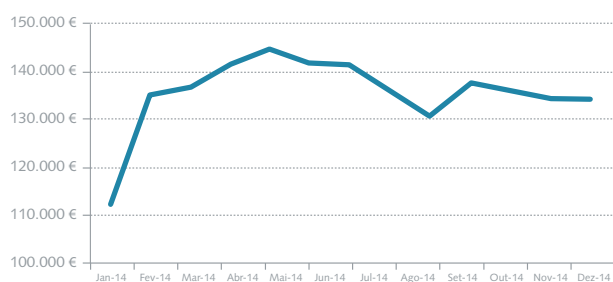
Evolução da curva de taxas de juro do Euro em 2014 face a 2013



Valores em %. Fonte: Bloomberg

No início de 2014, o Banco aumentou a sua exposição ao risco de taxa de juro através de investimentos em títulos de maturidades longas de dívida da zona euro, nomeadamente de Espanha. Depois disso, a exposição ao risco de taxa de juro estabilizou.

Evolução Risco Taxa de Juro



Valores em BPV.

Gestão de Risco Obrigações

No término do exercício, a carteira apresentava um *rating* médio BBB+, contra BBB no final de 2013::

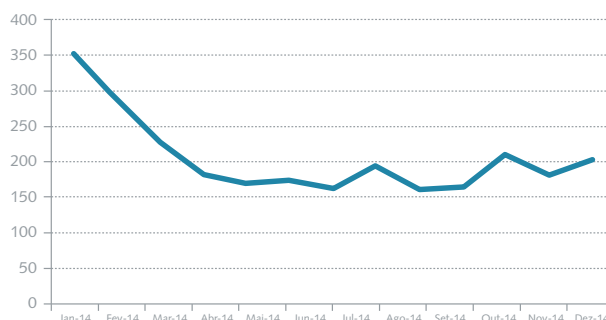
Rating	% da Carteira	% Acumulada
AAA / AA	0,9%	0,9%
A / BBB+	80,1%	81%
BBB	17%	98%
< BBB	2%	100%

A tendência dos últimos anos de degradação generalizada de notações de *rating* na Europa foi invertida durante o ano de 2014, tendo-se verificado um aumento da qualidade creditícia em resultado do ajustamento financeiro realizado pelos diferentes países, especialmente nas economias periféricas da zona euro.

O caso português é sintomático, tendo a Moody's subido a notação de risco de Portugal de Ba3 para Ba1 durante este período. Registaram-se melhorias de *rating* igualmente na Letónia, Lituânia, Eslovénia, Irlanda e Chipre. Curiosamente, foram os países da zona euro com *rating* mais elevado que estiveram mais pressionados pelas agências, como por exemplo Áustria, França e Itália.

Na sequência do cumprimento do programa de ajustamento negociado com a Troika que terminou em maio de 2014 e em consonância com o verificado na restante dívida periférica, o prémio de risco pago pela república portuguesa desceu significativamente, tendo reduzido mais de 150 pontos base durante o ano.

Evolução do Risco Portugal (CDS)

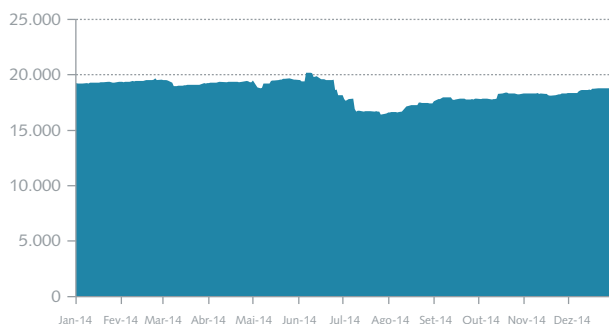


Valores em BPS. Fonte: Bloomberg

A carteira de obrigações totalizava no final do exercício 346,7 milhões de euros a preços de mercado. Se, pelo seu carácter de curto prazo, excluirmos os investimentos de 105 milhões de euros em bilhetes de tesouro, a carteira de rendimento fixo reduziu-se em 11,1 milhões de euros.

Em 2014, o VaR médio anual da carteira de obrigações foi de 18,5 milhões de euros.

VaR Anual da Carteira de Obrigações



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Gestão de Risco Cambial

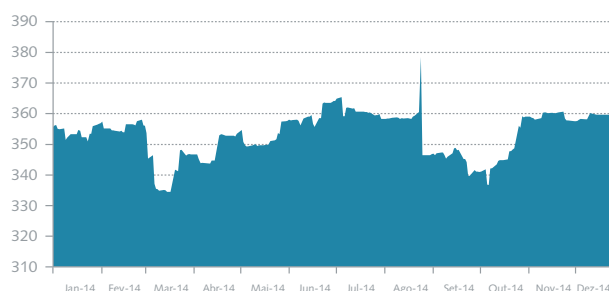
A gestão cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares. Em termos de exposição do Balanço do Banco, a atividade em moeda estrangeira continuou a ser muito reduzida.

Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma atividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma atividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.

No final do exercício de 2014, o montante global dos riscos geridos nesta atividade ascendia a 29,8 milhões de euros. O VaR médio anual, com 99,5% de intervalo de confiança, do “Livro de Derivados” ascendeu a 353 mil euros.

VaR 99,5% Derivados



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Controlo de Riscos



O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados em Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direção de Crédito, Direção de Contabilidade e Controlo e Direção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Autonomamente, de acordo com os requisitos previstos no aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, existe ainda a função de controlo de riscos cujo responsável reporta diretamente ao Conselho de Administração, centrando a sua atuação entre outras, na elaboração de auditorias sobre o cumprimento dos modelos de risco utilizados pelo Banco em diferentes áreas de negócio e na verificação da adequação dos mesmos modelos na valorização e mitigação dos riscos.

O sistema de controlo de riscos desenvolvido no Banco Invest permite monitorizar e avaliar continuamente o risco de cada área funcional através de matrizes de risco que asseguram, de forma tempestiva, a prevenção de situações indesejadas para o Banco e a adoção de medidas corretivas, caso sejam detetadas situações indesejadas.

O sistema implementado pretende abranger todos os produtos, atividades, processos e sistemas do Banco de modo a permitir a identificação e hierarquização de todos os riscos materiais e a documentação dos processos de avaliação, acompanhamento e controlo que lhes estão associados.

O processo de Gestão de Riscos envolve ainda o controlo sistemático da dimensão e da composição dos ativos e passivos do Banco, avaliando a tolerância global ao risco, a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis e o nível de capitais ou fundos próprios do Banco.

Este processo compreende a revisão regular e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e respetivas estratégias de financiamento, tendo contribuído para a solidez demonstrada pelo Banco ao longo dos eventos extraordinários dos últimos anos.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos ativos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.



As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objetivos de investimento e respetivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém, definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

O risco global da atividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de ativos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e ativos.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, setor de atividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos ativos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos ativos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de ativo financeiro e pela carteira global do Banco;
- *Present Value of Basis Point* (BPV), que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.

Suplementarmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests* e *reverse stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e ou hipotéticos, adversos à carteira detida, e na análise de sensibilidade decorrente da alteração de diversos fatores medindo o impacto no valor dos ativos, nos resultados e na solvabilidade.

Os *stress tests* são parte integrante da avaliação anual que é efetuada ao processo de auto avaliação do capital interno (ICAAP), no sentido de aferir a adequação do capital do Banco ao desenvolvimento da atividade económica.

Os limites de concentração por mercado, por ativo, por setor e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direção de Contabilidade e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark-to-market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza e monitorização de eventuais perdas quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na atividade bancária um caráter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na atividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportado numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise coletiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise coletiva é apurada com base num modelo proprietário, devidamente validado pelos auditores externos, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis, nomeadamente quanto à taxa de incumprimento, taxa de juro e preços do mercado imobiliário.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de defaults na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate* (*loss given default*) históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante à dos títulos detidos em carteira.

No âmbito do risco de concentração de crédito, são efetuadas análises globais da carteira (crédito titulado e

não titulado) mensurando-se a exposição por setores de atividade e as maiores exposições individuais.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus ativos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de ativos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos. São efetuadas análises de *mismatch* e realizados *stress tests* para determinação de níveis de liquidez de segurança para fazer face a eventos inesperados.

Para financiar a sua atividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, para além da captação permanente de recursos de clientes, existindo também uma lista de contrapartes autorizadas e respetivos limites de exposição aprovados.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objetivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua atividade.

A atividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de Procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de exceção;
- Planeamento de contingências.

O Banco dispõe de procedimentos que definem o âmbito de responsabilidade de cada uma das áreas envolvidas no funcionamento diário da instituição, os circuitos de informação e prazos a cumprir, mitigando a possibilidade de ocorrência de prejuízos operacionais.

Periodicamente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a

garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.



Numa base diária, a Direção de Contabilidade e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respetivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das atividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objetivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 24 de Março de 2015

O Conselho de Administração



4. Demonstrações Financeiras





Balancos Consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

		2014		2013			
ATIVO	Notas	Ativo Bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	2.236.466	-	2.236.466	6.171.582	Recursos de Bancos Centrais	17
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	7.168.012	-	7.168.012	5.756.803	Passivos financeiros detidos para negociação	18
Ativos financeiros detidos para negociação	7	58.988.160	-	58.988.160	54.865.367	Recursos de outras instituições de crédito	19
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	265.657.321	(3.601.513)	262.055.808	236.107.555	Recursos de clientes e outros empréstimos	20
Aplicações em instituições de crédito	6	3.400.352	-	3.400.352	-	Responsabilidades representadas por títulos	21
Crédito a clientes	9	218.088.690	(32.743.834)	185.344.856	175.111.528	Provisões	22
Investimentos detidos até à maturidade	10	77.280.239	-	77.280.239	63.787.169	Passivos por impostos correntes	15
Ativos não correntes detidos para venda	11	39.284.922	(9.129.228)	30.155.694	31.984.245	Passivos por impostos diferidos	15
Propriedades de investimento	12	5.475.687	(1.385.512)	4.090.175	4.007.397	Outros passivos	23
Outros ativos tangíveis	13	6.103.693	(4.104.267)	1.999.426	2.377.625		
Ativos intangíveis	14	1.989.393	(1.863.454)	125.939	270.190	Total do Passivo	541.337.063
Ativos por impostos correntes	15	-	-	-	1.065.160		502.394.585
Ativos por impostos diferidos	15	7.663.338	-	7.663.338	7.851.658	Capital	25
Outros ativos	16	5.250.851	-	5.250.851	5.816.112	Reservas de reavaliação	26
						Outras reservas e resultados transitados	26
						Resultado do exercício atribuível aos acionistas do Banco	26
						Interesses que não controlam	27
						Total do Capital Próprio	104.422.253
Total do Ativo		698.587.124	(52.827.808)	645.759.316	595.172.391	Total do Passivo e do Capital Próprio	645.759.316
							595.172.391

O Anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014.

Demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013



(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	28	20.313.739	21.063.703
Juros e encargos similares	29	(7.736.534)	(10.359.080)
MARGEM FINANCEIRA		12.577.205	10.704.623
Rendimentos de instrumentos de capital	30	-	22.793
Rendimentos de serviços e comissões	31	2.428.837	2.099.111
Encargos com serviços e comissões	32	(442.378)	(465.984)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	2.733.653	1.990.826
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	34	5.995.636	2.823.979
Resultados de reavaliação cambial	35	560.990	284.880
Resultados de alienação de outros ativos	36	(939.963)	(451.563)
Outros resultados de exploração	37	184.964	34.216.761
PRODUTO BANCÁRIO		23.098.944	51.225.426
Custos com pessoal	38	(5.067.881)	(4.882.233)
Gastos gerais administrativos	39	(4.606.453)	(4.201.582)
Amortizações do exercício	13 e 14	(705.949)	(853.662)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	(100.000)
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	22	(2.598.847)	(15.412.576)
Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações	22	(581.278)	366.575
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	22	(1.138.046)	(4.234.932)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		8.400.490	21.907.016
Impostos			
Correntes	15	(2.968.267)	(421.290)
Diferidos	15	(577.487)	3.146.299
		(3.545.754)	2.725.009
RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		4.854.736	24.632.025
Resultado atribuível a interesses que não controlam	26	(21.126)	(762)
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO BANCO		4.833.610	24.631.263

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Demonstrações do rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

	2014	2013
Resultado consolidado antes de interesses que não controlam	4.854.736	24.632.025
Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	13.697.452	6.937.493
Transferência para resultados por imparidade	1.247.200	(366.576)
Transferência para resultados por alienação	(5.995.636)	(2.823.979)
Impacto fiscal	(1.944.878)	(962.231)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	7.004.138	2.784.707
Rendimento integral consolidado antes de interesses que não controlam	11.858.874	27.416.732
Interesses que não controlam	(21.126)	(762)
Rendimento integral consolidado	11.837.748	27.415.970

○ Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações das alterações no capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					Total	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Reserva legal	Reserva livre	Reserva de fusão	Resultados transitados					
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	59.500.000	219.369	(65.140)	154.229	1.725.513	9.012.951	574.221	(9.670.391)	1.642.294	3.022.241	1.074.613	65.393.377
Aplicação do lucro do exercício de 2012												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	14.650	-	-	3.007.591	3.022.241	(3.022.241)	-	-
Rendimento integral do exercício de 2013	-	3.746.938	(962.231)	2.784.707	-	-	-	-	-	24.631.263	762	27.416.732
Alteração na % detida pelos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.303)	(32.303)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	59.500.000	3.966.307	(1.027.371)	2.938.936	1.740.163	9.012.951	574.221	(6.662.800)	4.664.535	24.631.263	1.043.072	92.777.806
Aplicação do lucro do exercício de 2013												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	24.631.263	24.631.263	(24.631.263)	-	-
Rendimento integral do exercício de 2014	-	8.949.016	(1.944.878)	7.004.138	-	-	-	-	-	4.833.610	21.126	11.858.874
Alteração na % detida pelos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Outras alterações nos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(196.428)	(196.428)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	59.500.000	12.915.323	(2.972.249)	9.943.074	1.740.163	9.012.951	574.221	17.968.463	29.295.799	4.833.610	849.770	104.422.253

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.





Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	22.471.661	21.465.599
Pagamentos de juros e comissões	(7.895.257)	(10.102.359)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(9.976.651)	(9.009.677)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	787.752	(1.841.102)
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	776.257	(1.712.477)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	6.163.762	(1.200.016)
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais:		
Ativos financeiros detidos para negociação	(910.187)	20.679.518
Ativos financeiros disponíveis para venda	(14.620.317)	(27.113.220)
Aplicações em instituições de crédito	(3.400.352)	-
Crédito a clientes	(12.009.445)	8.845.647
Investimentos detidos até à maturidade	(13.493.070)	24.286.474
Ativos não correntes detidos para venda	685.400	(5.630.752)
Outros ativos	759.402	1.822.978
	(42.988.569)	22.890.645
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	(5.000.000)	(7.500.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.918.594)	(1.865.945)
Recursos de clientes	44.120.030	51.051.038
Responsabilidades representadas por títulos	(7.123.295)	(68.703.843)
Outros passivos	5.096.745	1.239.248
	34.174.886	(25.779.502)
Caixa líquida das atividades operacionais	(2.649.921)	(4.088.873)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de ativos tangíveis e intangíveis	126.014	(110.300)
Caixa líquida das atividades de investimento	126.014	(110.300)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	-	-
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(2.523.907)	(4.199.173)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.928.385	16.127.558
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.404.478	11.928.385
	(2.523.907)	(4.199.173)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

5. Anexos às Demonstrações Financeiras





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua atividade em 11 de março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de dezembro de 1996. Em 16 de setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a atual.

O Banco tem por objeto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à atividade de gestão de ativos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de cinco balcões, localizados em Lisboa, Porto e Leiria.

O Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Ativos). Esta sociedade foi constituída em 11 de fevereiro de 1998 e tem como objeto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

O Banco realizou duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda. Conforme descrito na Nota 9, esta operação foi terminada em 2014.

No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Ativos, que tem como atividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

No exercício de 2013, foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, detida integralmente pelo Banco. Esta Sociedade, com sede em Malta, foi adquirida para a concretização da operação de aquisição das “*Variable Funding Notes*” (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da Sociedade Saldanha Finance, sediada igualmente em Malta, e detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited. O restante capital social da Saldanha Finance (0,1%) é detido diretamente pelo Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2015.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 do Banco Invest e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco Invest entende que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Invest e as das entidades por si controladas, direta ou indiretamente (Nota 3) incluindo entidades com finalidade especial.



De acordo com os requisitos da IFRS 10, o Banco considera que exerce controlo quando se encontre exposto ou detenha direitos sobre os retornos variáveis gerados por uma determinada entidade (designada como “filial”) e possa, através da aplicação do poder que retém e da capacidade de orientar as suas atividades relevantes, apoderar-se dos mesmos (poder de facto). O Banco inclui no seu perímetro de consolidação as entidades com finalidade especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido controlo.

A consolidação das contas das filiais foi efetuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transações e os saldos significativos entre as entidades objeto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco Invest e das filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transações entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação. Aquando do reconhecimento inicial, estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui ativos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de ativos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em “Outros ativos”.



Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 42). Estes ativos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como ativos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria inclui um conjunto de ativos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes ativos foram registados ao justo valor com referência a 1 de julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros enquadrados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.



O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (*bid prices*), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg*, incluindo preços de mercado disponíveis em transações recentes e o índice denominado por *Bloomberg Generic*;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de ativos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como Ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efetuada em situações excecionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, constituiu uma situação excecional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os ativos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respetivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o ativo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transacionado num mercado ativo).

Na reclassificação de ativos classificados como Ativos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respetivos ganhos e perdas dos ativos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o “*deemed cost*” do ativo financeiro.

Na sequência da reclassificação de ativos classificados como Ativos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efetuada a reclassificação de ativos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos ativos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efetiva, no caso de ativos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os ativos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos ativos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram refletidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.



c) Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor refletidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de *"trading"*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e ativos registados ao justo valor, nomeadamente os ativos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual, de acordo com a natureza dos ativos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.



De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade, são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- *Rating* inferior a BBB-, ou seja, *Non investment grade*;
- Deterioração significativa dos ativos subjacentes em emissões de “*Asset-backed Securities*” (ABS) sem *rating* sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do “*recover value*” esperado;
 - Diminuição do “*credit enhancement*” em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efetuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, excetuam-se os títulos de dívida subordinada, ações preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
 - Redução do “*credit enhancement*” em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.



Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na "Reserva de justo valor" devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor" até que o ativo seja vendido.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:



- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O ativo está disponível para venda imediata no seu estado atual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Nos casos em que o ativo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente se a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que desenvolveu todas as ações necessárias para que a venda se pudesse concretizar e que o ativo continua a ser ativamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os ativos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. *Propriedades de investimento*

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.7. *Outros ativos tangíveis*

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.



2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na ótica do locatário.

2.9. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

O Banco é detido em 99,13 % pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respetivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US - Gestar – Gestão de Imóveis, S.A..

O lucro tributável do Grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 23 % sobre a matéria coletável (exceto para os primeiros 15.000 euros de matéria coletável, caso em que é aplicada uma taxa de 17%), e os referidos lucros tributáveis serão sujeitos a uma derrama estadual conforme segue:

- 3 % para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 euros;
- 5 % para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros.
- 7 % para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros

A taxa de Derrama Estadual de 7 % para lucros tributáveis acima de 35.000.000 euros foi introduzida em 2014 pela Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro (Lei da Reforma do IRC).

Por último, a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015) que produzirá efeitos relativamente aos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, reduziu a taxa de IRC para 21 %.

Face a tais alterações a taxa utilizada no exercício de 2014 no cálculo dos impostos diferidos foi de 22,5 % (Nota 15).

A partir do exercício de 2014, o Banco está abrangido pelo regime de *participation exemption*, previsto nos artigos 51.º e seguintes do Código do IRC, criado no âmbito da Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, que aprovou a Reforma do IRC. Este



regime prevê que os lucros e reservas distribuídos, bem como as mais e menos-valias realizadas por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, não concorrem para a formação do lucro tributável desde que se verifiquem cumulativamente o cumprimento de determinados requisitos.

No que respeita aos encargos financeiros aplica-se a limitação geral prevista no artigo 67.º do Código do IRC, nos termos do qual não são dedutíveis os gastos de financiamento líquidos que excedam o maior dos seguintes limites: Euros 1.000.000 ou 30% do EBITDA fiscal.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro.

Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidades e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 22,5% e 26,5%, respetivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.



O Banco não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

As comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de atos únicos.

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das suas filiais. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACIONADOS EM MERCADOS ATIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS



As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pelo Banco Invest com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efetuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4. d)).



2.17. Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2014 o Banco adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas, interpretações, emendas e revisões emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma / Interpretação		Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.	
IFRS 11 - Acordos Conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 - Entidades Controladas Conjuntamente - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.	
IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.	
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito da aplicação das IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.	
Emenda às normas: - IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; - IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades (Entidades de Investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.	
Emenda à norma IAS 32 - Compensação entre ativos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.	
Emenda à norma IAS 36 - Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.	
Emenda à norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como Instrumento de cobertura é reformulado.	

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, endossadas pela União Europeia:



Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 - Propriedades de Investimento.

Estas normas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.



As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 - Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a ativos regulados.
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 - Acordos Conjuntos	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos Intangíveis	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 40 - Agricultura	Estas emendas vêm estabelecer que os ativos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como ativos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 - Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Emendas às normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. EMPRESAS DO GRUPO



Os principais dados sobre a atividade das subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Banco Invest, S.A.	Banco	Lisboa	n.a.	n.a.
Invest Gestão de Ativos - SGFIM, S.A.	Gestão de Fundos de Inv. Mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos				
AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral
Saldanha Holdings	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral
Saldanha Finance	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2014			2013		
	Ativo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Ativo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Banco Invest, S.A.	646.056.466	76.526.421	17.389.650	657.179.974	51.368.462	(4.955.394)
Invest Gestão de Ativos - SGFIM, S.A.	1.923.887	1.883.176	114.437	1.781.727	1.768.738	103.313
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	20.035.962	18.404.743	(2.802.191)	34.100.533	27.713.617	(247.432)
AR Finance 1, plc	30.251.041	(747.525)	3.322.830	34.267.945	(4.070.355)	(473.438)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	-	-	-	99.974.439	93.682.378	(502.276)
Invest Finance BV	-	-	-	94.453.861	18.000	17.200
Fundo Tejo	8.281.992	7.942.227	156.330	8.106.257	7.785.897	3.986
Saldanha Holdings	17.341	(30.161)	16.968.339	52.752.630	2.629	1.130
Saldanha Finance	17.566.973	17.561.391	34.559.891	52.941.490	163.719	162.912

No exercício de 2013, foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, detida integralmente pelo Banco. Esta Sociedade foi adquirida para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da Sociedade Saldanha Finance que é detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited. O restante capital social da Saldanha Finance (0,1%) é detido diretamente pelo Banco.

Em novembro de 2013, o Banco concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.000 euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição das VFN. O preço de aquisição das VFN foi de 54.041.214 euros, correspondentes a 61% do valor nominal das VFN que ascendiam nessa data a 88.460.993 euros. No exercício de 2014 este financiamento foi liquidado na sua totalidade.

Em março de 2014 a operação de titularização de créditos Invest Finance 1 foi liquidada. Nos termos previstos no regulamento de gestão do Invest Finance FTC o Banco readquiriu os créditos pelo seu valor nominal.

4. RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS



O Banco Invest adotou os seguintes segmentos operacionais:

- Comercial – Crédito a clientes;
- Mercados – Restantes áreas, que inclui as áreas de:
Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por segmento operacional é a seguinte:

	2014		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	10.061.764	2.515.441	12.577.205
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-
Resultados de serviços e comissões	1.986.459	-	1.986.459
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	2.733.653	2.733.653
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.995.636	5.995.636
Outros resultados de exploração e outros	(754.999)	560.990	(194.009)
Produto bancário	11.293.224	11.805.720	23.098.944
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(7.255.751)	(2.418.583)	(9.674.334)
Amortizações do exercício (1)	(529.462)	(176.487)	(705.949)
Provisões e imparidade	(3.736.893)	(581.278)	(4.318.171)
Resultado antes de impostos	(228.882)	8.629.372	8.400.490
Impostos	(577.487)	(2.968.267)	(3.545.754)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(806.369)	5.661.105	4.854.736
Resultado atribuível a interesses que não controlam	-	(21.126)	(21.126)
Resultado consolidado do exercício	(806.369)	5.639.979	4.833.610
Ativos financeiros detidos para negociação	-	58.988.160	58.988.160
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	262.055.808	262.055.808
Crédito a clientes	153.659.812	31.685.044	185.344.856
Investimentos detidos até à maturidade	-	77.280.239	77.280.239
Recursos de Bancos Centrais	-	216.704.549	216.704.549
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	278.120.500	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	24.857.667	-	24.857.667

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.



	2013		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	8.563.698	2.140.925	10.704.623
Rendimentos de instrumentos de capital	-	22.793	22.793
Resultados de serviços e comissões	1.633.127	-	1.633.127
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	1.990.826	1.990.826
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.823.979	2.823.979
Outros resultados de exploração e outros	(451.563)	34.501.641	34.050.078
Produto bancário	9.745.262	41.480.164	51.225.426
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(6.822.334)	(2.261.481)	(9.083.815)
Amortizações do exercício (1)	(640.245)	(213.417)	(853.662)
Provisões e imparidade	(19.083.526)	(297.407)	(19.380.933)
Resultado antes de impostos	(16.800.843)	38.707.859	21.907.016
Impostos	3.146.299	(421.290)	2.725.009
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(13.654.544)	38.286.569	24.632.025
Resultado atribuível a interesses que não controlam	-	(762)	(762)
Resultado consolidado do exercício	(13.654.544)	38.285.807	24.631.263
Ativos financeiros detidos para negociação	-	54.865.367	54.865.367
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	236.107.555	236.107.555
Crédito a clientes	167.437.244	7.674.284	175.111.528
Investimentos detidos até à maturidade	-	63.787.169	63.787.169
Recursos de Bancos Centrais	-	221.630.278	221.630.278
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	233.850.358	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421	-	31.955.421

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da atividade do Grupo é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Caixa	412.415	552.582
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	1.824.051	5.619.000
	2.236.466	6.171.582

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.



6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
<i>Depósitos à ordem</i>		
- No país	1.913.741	1.770.088
- No estrangeiro	5.254.271	3.968.715
	7.168.012	5.756.803
Aplicações em instituições de crédito:		
- Instituições de crédito no país	3.4000.00	-
Juros a receber	352	-
	3.400.352	-

Em 31 de Dezembro de 2014, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2014	2013
Até três meses	3.000.000	-
De três meses a um ano	400.000	-
	3.400.000	-

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 2.271.242 euros e 864.226 euros, respetivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, plc junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" das Classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 21).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Instrumentos de dívida</i>		
Dívida pública portuguesa	-	36.551
De outros residentes		
- De outros emissores públicos nacionais	50.023	50.845
- Instituições de crédito	4.164.160	359.716
- Empresas	20.000	-
- Papel Comercial	13.694.143	10.429.595
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	2.219.110	4.366.654
- Instituições de crédito	24.241.232	28.711.486
- Empresas	7.677.089	5.474.264
	52.065.957	49.429.111
Juros a receber	309.202	454.986
	52.375.159	49.884.097
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Ações	1.194.224	1.008.974
De não residentes		
- Ações	3.044.985	2.088.030
- Unidades de participação	8.643	143.516
	4.247.852	3.240.520
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
<i>Swaps</i>		
- Taxa de juro	103.245	398.600
- Outros	1.439.970	1.094.326
Opções	821.936	247.824
	2.365.151	1.740.750
	58.988.160	54.865.367



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Dívida pública portuguesa	-	43.000
De outros residentes		
- Outros emissores públicos	50.000	51.000
- Instituições de crédito	5.020.000	350.000
- Papel comercial	13.750.000	10.500.000
De não residentes		
- Emissores públicos Estrangeiros	2.000.000	4.290.000
- Instituições de crédito	25.000.000	29.455.029
- Empresas	7.900.982	5.630.982
	53.720.982	50.320.011

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. Nestas datas, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

2014				
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
(Nota 18)				
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
- Swaps				
De taxa de juro	42.392.240	103.245	(17.372)	85.873
Outros	5.878.247	1.439.970	-	1.439.970
- Opções embutidas em depósitos estruturados	21.474.042	821.936	(468.697)	352.239
- Opções				
De cotações	164.731	-	(7.487)	(7.487)
	69.909.260	2.365.151	(493.556)	1.871.595
<i>Transacionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	4.746.963	-	-	-
De cotações	756.825	-	-	-
De divisas	3.703.098	-	-	-
	9.206.886	-	-	-
	79.116.146	2.365.151	(493.556)	1.871.595



2013				
	Montante nacional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
(Nota 18)				
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- Swaps				
De taxa de juro	56.257.019	398.600	-	398.600
Outros	5.878.247	1.094.326	(17.375)	1.076.951
- Opções embutidas em depósitos estruturados	10.711.626	247.824	(367.804)	(119.980)
- Opções De cotações	66.710	-	(674)	(674)
	72.913.602	1.740.750	(385.853)	1.354.897
<i>Transacionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	8.969.975	-	-	-
De cotações	1.960.252	-	-	-
De divisas	4.686.222	-	-	-
	15.616.449	-	-	-
	88.530.051	1.740.750	(385.853)	1.354.897

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o montante nominal de swaps de taxa de juro inclui 34.477.240 euros e 43.379.100 euros, respetivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efetuadas pelo Banco (Nota 9).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por prazos residuais, apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2014						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Swaps						
De taxa de juro	750.000	-	7.165.000	-	34.477.240	42.392.240
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	750.000	-	7.165.000	5.878.247	34.477.240	48.270.487
- Opções embutidas em depósitos estruturados	7.109.798	5.637.003	5.320.337	3.406.905	-	21.474.042
- Opções						
De cotações e câmbios	-	164.731	-	-	-	164.731
<i>Transacionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	999.250	1.749.038	749.625	1.249.050	-	4.746.963
De cotações	756.825	-	-	-	-	756.825
De divisas	3.703.098	-	-	-	-	3.703.098
	5.459.173	1.749.038	749.625	1.249.050	-	9.206.886
	13.318.971	7.550.772	13.234.962	10.534.202	34.477.240	79.116.146
2013						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Swaps						
De taxa de juro	3.250.000	2.350.000	3.462.919	3.815.000	43.379.100	56.257.019
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	3.250.000	2.350.000	3.462.919	9.693.247	43.379.100	62.135.266
- Opções embutidas em depósitos estruturados	3.673.246	2.077.829	4.331.551	629.000	-	10.711.626
- Opções						
De cotações e câmbios	-	-	66.710	-	-	66.710
<i>Transacionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	3.739.500	1.994.200	1.993.475	1.242.800	-	8.969.975
De cotações	1.960.252	-	-	-	-	1.960.252
De divisas	4.686.222	-	-	-	-	4.686.222
	10.385.974	1.994.200	1.993.475	1.242.800	-	15.616.449
	17.309.220	6.422.029	9.854.655	11.565.047	43.379.100	88.530.051

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresenta o seguinte detalhe:



	2014	2013
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
<i>Swaps</i>		
De taxa de juro		
- Instituições financeiras	34.477.240	43.379.100
- Clientes	7.915.000	12.877.919
Outros		
- Clientes	5.878.247	5.878.247
Opções embutidas em depósitos estruturados		
- Clientes	21.474.042	10.711.626
Opções		
- De cotações	164.731	66.710
	69.909.260	72.913.602
<i>Transacionados em bolsa</i>		
Futuros		
- De taxa de juro	4.746.963	8.969.975
- De cotações	756.825	1.960.252
- De divisas	3.703.098	4.686.222
	9.206.886	15.616.449
	79.116.146	88.530.051



8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	110.860	18.598.740
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	2.000.920	1.993.460
- Instituições de crédito	2.117.727	2.535.692
- Outras obrigações	20.949.343	16.911.397
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	142.067.476	90.255.701
- Outras obrigações	87.362.677	96.204.765
	254.609.001	226.499.755
<i>Juros a receber</i>	2.712.073	3.312.241
	257.321.074	229.811.996
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
- Valorizados ao justo valor	7.869.822	7.984.635
Emitidos por não residentes		
- Valorizados ao justo valor	466.425	1.875.799
	9.371.278	9.860.434
	265.657.321	239.672.430
Imparidade (Nota 22):	(3.601.513)	(3.564.875)
	262.055.808	236.107.555

O movimento ocorrido na imparidade é apresentado na Nota 22.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Instrumentos de capital – Emitidos por residentes”, inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 5.233.000 euros. Relativamente a esta participação, o Banco celebrou um contrato de venda a prazo, por um valor superior ao custo de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:



	2014	2013
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	100.000	20.100.000
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
- Instituições de crédito	2.100.000	2.500.000
- Outras obrigações	19.600.000	16.100.000
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	135.500.100	90.500.100
- Outras obrigações	81.300.000	93.708.996
	240.600.100	224.909.096

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	15.633	(277.441)
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	347	(9.902)
- Outras obrigações	1.350.351	718.728
- Instituições de crédito	18.188	32.793
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	7.977.589	1.658.043
- Outras obrigações	4.834.252	1.258.359
	14.196.360	3.380.580
Instrumentos de capital	(1.278.231)	611.815
Valias potenciais em títulos transferidos para as carteiras de empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade	(2.806)	(26.088)
Mais-valias potenciais líquidas (Nota 26)	12.915.323	3.966.307



9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Crédito interno securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	13.391.775	62.334.070
- Empréstimos a médio e longo prazo	6.586.472	43.234.903
	19.978.247	105.568.973
<i>Crédito interno não securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	55.822.044	14.628.704
- Empréstimos a médio e longo prazo	46.291.999	11.541.726
- Créditos em conta corrente	17.942.958	19.078.649
- Operações de locação financeira mobiliária	635.487	594.924
- Descobertos em depósitos à ordem	2.520.737	3.121.177
- Outros créditos	5.544.755	5.582.465
	128.757.980	54.547.645
<i>Crédito ao exterior:</i>		
- Empréstimos a médio e longo prazo	-	532.897
- Descobertos em depósitos à ordem	342.136	335.798
	149.078.363	160.985.313
Juros a receber	365.875	442.285
<i>Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida:</i>		
De outros residentes		
- De outros emissores públicos nacionais	10.166.017	-
- Empresas	17.503.173	2.530.575
De não residentes		
- Instituições de crédito	1.000.000	1.000.000
- Empresas	3.651.564	5.900.077
- Juros a receber	154.070	30.303
	32.474.824	9.460.955
<i>Comissões associadas ao custo amortizado:</i>		
- Despesas com encargo diferido	170.884	204.615
- Receitas com rendimento diferido	(80.448)	(87.076)
	90.436	117.539
Crédito e juros vencidos	36.079.192	35.175.763
	218.088.690	206.181.855
Imparidade (Nota 22)		
- Para crédito concedido	(31.765.404)	(29.355.207)
- Para crédito a clientes – títulos de dívida	(978.430)	(1.715.120)
Total de imparidade	185.344.856	175.111.528

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 22.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	2014	2013
Operações de securitização:		
- AR Finance	19.978.247	25.622.227
- Invest Finance - Conduit	-	79.946.746
	19.978.247	105.568.973

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- *AR Finance:*

Em 19 de dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de *leasing* imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “*cross default*”, pelo montante de 100.007.912 euros. Em dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respetivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 euros e 42.000.000 euros, respetivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é refletido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e consequentemente de remuneração. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”	Remuneração	
		2014	2013			Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Classe A	106.500.000	-	-	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	190.779.997	29.068.820	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	9.921.029	7.850.158	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	30.901.025	38.118.978				



As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respetivos valores nominais, nos montantes de 81.046 euros e 218.452 euros, respetivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "*Spreads*" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as obrigações da Classe B apresentam "*Rating AAA*" atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "*European Investment Fund*".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "*Rating*", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efetuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "*Cash reserve account*", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital vincendo e vencido resultante dos créditos cedidos ascendia a 19.978.247 euros e 5.079.764 euros, respetivamente (em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 25.622.227 euros e 5.504.093 euros, respetivamente).

- *Invest Finance - Conduit*

Em 13 de março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "*cross default*", pelo montante de 100.009.526 euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de dezembro de 2013 a 79.946.746 euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respetivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual era desde janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continuava a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito eram entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebia uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que correspondia a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 euros. Em 31 de dezembro de 2013, o papel comercial emitido ascendia a 87.204.148 euros. A emissão de papel comercial tinha um montante máximo de 125.000.000 euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos eram integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é refletido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "*Cash reserve account*", cuja finalidade consistia em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação devia corresponder a



pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tinha remuneração mensal, que correspondia essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 euros.

Em novembro de 2013 foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. Desta forma, o Banco concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.000 euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição das VFN. Em 31 de dezembro de 2013 o papel comercial era integralmente detido pela Sociedade Saldanha Holdings Limited, tendo o Grupo registado um ganho com a recompra no montante de 34.419.779 euros (Nota 37).

Em março de 2014 a operação de titularização de créditos Invest Finance 1 foi liquidada. Conforme previsto no regulamento do Invest Finance FTC o Banco readquiriu os créditos pelo seu valor nominal. Adicionalmente, a aplicação subordinada no Invest Finance 1 foi reembolsada na totalidade.

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se refletido no passivo, na rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Até três meses	13.251.875	16.492.688
De três meses a um ano	2.369.124	6.306.478
De um ano a cinco anos	22.631.064	18.651.416
Mais de cinco anos	110.826.300	119.534.731
	149.078.363	160.985.313

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2014	2013
Até três meses	261.310	318.376
De três meses a um ano	2.034.746	2.466.203
Mais de um ano	33.783.136	32.391.184
	36.079.192	35.175.763

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 45.071.366 euros e 53.343.845 euros, respetivamente.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2014	2013
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	32.780.467	31.902.908
Outras garantias reais	697.516	670.844
Garantia pessoal	1.155.103	1.177.976
Sem garantia	1.446.106	1.424.036
	36.079.192	35.175.763

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	2014			
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	69.213.818	5.298.030	74.511.848	144.789.466
Empréstimos a médio e longo prazo	52.878.471	26.929.382	79.807.853	101.791.946
Créditos em conta corrente	17.942.958	2.985.599	20.928.557	2.328.501
Operações de locação financeira mobiliária	635.487	6.672	642.159	98.528
Outros créditos	5.544.755	859.509	6.404.263	7.272.136
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	32.474.824	-	32.474.824	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.862.874	-	2.862.874	6.690.445
	181.553.187	36.079.192	217.632.378	262.971.022
	2013			
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	76.962.774	4.398.053	81.360.827	153.798.135
Empréstimos a médio e longo prazo	54.209.429	27.299.255	81.508.684	105.625.530
Créditos em conta corrente	20.178.746	2.644.607	22.823.353	3.115.584
Operações de locação financeira mobiliária	594.924	7.917	602.841	-
Outros créditos	5.582.465	825.931	6.408.396	2.978.095
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	9.460.955	-	9.460.955	-
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	3.456.975	9.830.956
	170.446.268	35.175.763	205.622.031	275.348.300

A composição da carteira de crédito sobre clientes, excluindo o crédito titulado, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por setores de atividade é a seguinte:



2014			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	42.129.722	7.925.283	50.055.005
Particulares	31.137.934	8.088.610	39.226.544
Atividades imobiliárias	13.415.532	7.636.703	21.052.235
Atividades financeiras e de seguros	16.121.612	157.291	16.278.903
Indústrias transformadoras	13.551.954	1.423.729	14.975.683
Construção	4.731.652	7.981.814	12.713.466
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.576.935	205.905	5.782.840
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5.082.772	679.714	5.762.486
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.714.728	194.788	3.909.516
Atividades de saúde humana e apoio social	3.057.781	309.843	3.367.624
Transportes e armazenagem	2.966.599	344.678	3.311.277
Alojamento, restauração e similares	2.619.838	481.603	3.101.441
Outras atividades de serviços	2.475.341	297.174	2.772.515
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1.893.759	98.643	1.992.402
Educação	206.544	253.414	459.958
Atividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	272.421	-	272.421
Atividades de informação e de comunicação	123.239	-	123.239
Total Crédito	149.078.363	36.079.192	185.157.555

2013			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	45.408.538	6.771.074	52.179.612
Particulares	35.578.269	8.664.768	44.243.037
Atividades imobiliárias	16.659.059	7.963.737	24.622.796
Construção	9.431.118	7.766.554	17.197.672
Indústrias transformadoras	14.790.889	1.479.517	16.270.406
Atividades financeiras e de seguros	12.078.609	139.510	12.218.119
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7.441.753	212.986	7.654.739
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5.283.280	715.173	5.998.453
Alojamento, restauração e similares	3.003.946	220.443	3.224.389
Atividades de saúde humana e apoio social	2.880.412	340.004	3.220.416
Outras atividades de serviços	2.663.534	297.653	2.961.187
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2.003.893	17.264	2.021.157
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.748.220	199.647	1.947.867
Transportes e armazenagem	880.151	122.356	1.002.507
Educação	318.490	265.077	583.567
Atividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	509.069	-	509.069
Atividades de informação e de comunicação	306.083	-	306.083
Total Crédito	160.985.313	35.175.763	196.161.076



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2014	2013
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	9.527.545	10.270.288
Entre 1 ano e 5 anos	32.335.737	35.187.593
Mais de 5 anos	46.743.947	52.639.644
	88.607.229	98.097.525
Rendimentos financeiros não obtidos	(18.305.818)	(20.159.077)
	70.301.411	77.938.448
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	6.794.013	7.356.662
Entre 1 ano e 5 anos	24.412.162	26.429.948
Mais de 5 anos	39.095.236	44.151.837
	70.301.411	77.938.447
Imparidade	(5.217.138)	(4.244.571)
	65.084.273	73.693.876

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual esteja garantido por entidades terceiras, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou ativos financeiros das rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 42).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	2014	2013
Até um ano	1.562.983	1.031.941
De um ano a cinco anos	238.829	3.009.344
Mais de cinco anos	2.858.870	2.875.754
	4.660.682	6.917.039



10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	14.546.377	14.461.469
- Outros	6.450.078	7.154.450
De não residentes		
- Dívida pública	42.277.495	20.748.448
- Outros	11.653.550	19.985.845
	74.927.500	62.350.212
Juros a receber	2.352.739	1.436.957
	77.280.239	63.787.169

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 89.844.123 euros e 65.734.968 euros, respetivamente (Nota 41).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2014	2013
Até um ano	7.723.834	13.423.848
De um ano a cinco anos	12.679.075	20.323.222
Mais de cinco anos	56.877.331	30.040.099
	77.280.239	63.787.169

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, bem como ativos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efetuada ao IAS 39 (Nota 42). Adicionalmente desde o exercício de 2010 o Banco tem vindo a adquirir um conjunto de títulos adicionais, no âmbito da política de investimentos definida internamente.



11. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Activos não correntes detidos para venda:		
- Imóveis	39.284.922	39.970.320
- Imparidade (Nota 22)	(9.129.228)	(7.986.075)
	30.155.694	31.984.245

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 22.

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

2014									
31 de Dezembro de 2013						31 de Dezembro de 2014			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Transferências	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
	(Nota 22)					(Nota 22)	(Nota 22)		
Imóveis	39.970.320	(7.986.075)	2.748.903	-	(3.434.301)	(1.143.153)	39.284.922	(9.129.228)	30.155.694

2013									
31 de Dezembro de 2012						31 de Dezembro de 2013			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Transferências	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
	(Nota 22)					(Nota 22)	(Nota 22)		
Imóveis	34.572.738	(4.650.722)	9.785.227	(263.312)	(4.387.645)	(3.072.041)	39.707.320	(7.986.075)	31.984.245



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:

Ano de aquisição	2014			2013		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Anterior a 2006	813.890	(314.296)	499.594	813.890	(314.247)	499.643
2006	742.866	(43.540)	699.326	730.041	(43.540)	686.501
2007	701.389	(163.924)	537.465	701.389	(163.924)	537.465
2008	367.564	(214.340)	153.224	367.886	(208.590)	159.296
2009	3.518.265	(759.469)	2.758.796	3.518.265	(924.988)	2.593.277
2010	4.867.516	(1.840.408)	3.027.108	4.867.516	(1.383.060)	3.484.456
2011	12.768.180	(3.798.544)	8.969.636	14.507.025	(3.351.783)	11.155.242
2012	5.396.576	(942.235)	4.454.341	5.828.811	(796.079)	5.032.732
2013	7.273.725	(790.246)	6.483.479	8.635.497	(799.864)	7.835.633
2014	2.834.951	(262.226)	2.572.725	-	-	-
	39.284.922	(9.129.228)	30.155.694	39.970.320	(7.986.075)	31.984.245

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da atividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura atual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Grupo registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 735.235 euros e 94.968 euros, respetivamente (Nota 36), as quais foram determinadas face ao valor bruto dos imóveis.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Valor bruto	5.475.587	5.475.587
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.385.512)	(1.227.049)
	4.090.075	4.248.538

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde a imóveis que se encontram arrendados pelo Grupo e para os quais não existem perspectivas de alienação a curto prazo. Nestas datas o Grupo tem registada uma imparidade de 1.385.512 euros e 1.227.049 euros, resultante da atualização das avaliações para estes ativos (Nota 22).

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo não registou amortizações do exercício pelo facto de todos os imóveis apresentarem um valor de avaliação inferior ao seu valor de aquisição deduzido das amortizações que seriam calculadas desde a data da sua aquisição até 31 de Dezembro de 2014. Pelo mesmo motivo, o valor de balanço destes imóveis é semelhante ao seu justo valor.

Nos exercícios de 2014 e 2013 o valor das rendas de imóveis arrendados cobradas pelo Banco ascenderam a 595.111 Euros e 136.543 Euros, respetivamente (Notas 37 e 36, respetivamente).



13. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

2014							
Descrição	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(186.835)	-	-	(10.302)	-	508.089
- Despesas em edifícios arrendados	2.525.661	(1.275.217)	-	-	(191.333)	-	1.059.111
	3.230.887	(1.462.052)	-	-	(201.635)	-	1.567.200
<i>Equipamento</i>							
- Mobiliário e material	409.812	(315.533)	5.611	-	(27.661)	-	72.229
- Máquinas e ferramentas	73.911	(51.655)	10.958	-	(6.694)	-	26.520
- Equipamento informático	724.243	(668.810)	16.873	-	(36.765)	-	35.541
- Instalações interiores	613.276	(377.633)	-	-	(62.976)	-	172.667
- Material de transporte	943.469	(789.212)	51.852	-	(126.014)	-	80.095
- Equipamento de segurança	23.759	(18.201)	-	-	(1.748)	-	3.810
	2.788.470	(2.221.044)	85.294	-	(261.858)	-	390.862
<i>Outros ativos tangíveis</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
	6.060.721	(3.683.096)	85.294	-	(463.492)	-	1.999.426
2013							
Descrição	31 de Dezembro de 2012		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2013
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(176.533)	-	-	(10.302)	-	518.391
- Despesas em edifícios arrendados	2.342.814	(1.085.171)	-	182.847	(190.046)	-	1.250.444
	3.048.040	(1.261.704)	-	182.847	(200.348)	-	1.768.835
<i>Equipamento</i>							
- Mobiliário e material	406.773	(288.042)	3.039	-	(27.491)	-	94.279
- Máquinas e ferramentas	107.477	(85.871)	6.304	-	(5.655)	-	22.255
- Equipamento informático	688.563	(620.067)	35.680	-	(54.538)	-	49.637
- Instalações interiores	511.076	(315.968)	1.269	105.409	(60.347)	-	241.440
- Material de transporte	973.973	(671.209)	34.900	-	(178.965)	(4.442)	154.257
- Equipamento de segurança	23.759	(16.453)	-	-	(1.748)	-	5.558
	2.711.621	(1.997.610)	81.192	105.409	(328.744)	(4.442)	567.426
<i>Outros ativos tangíveis</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
Ativos tangíveis em curso	286.502	-	1.754	(288.256)	-	-	-
	6.087.527	(3.259.314)	82.946	-	(529.092)	(4.442)	2.377.625



14. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

2014						
Descrição	31 de Dezembro de 2013		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.880.680	(1.620.997)	99.533	-	(242.457)	116.759
Ativos intangíveis em curso	10.507	-	2.988	(4.315)	-	9.180
	1.891.187	(1.620.997)	102.521	(4.315)	(242.457)	125.939

2013						
Descrição	31 de Dezembro de 2012		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.889.757	(1.327.379)	885	20.992	(324.570)	259.685
Ativos intangíveis em curso	5.029	-	26.468	(20.992)	-	10.505
	1.894.786	(1.327.379)	27.353	-	(324.570)	270.190



15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	2014	2013
<i>Ativos por impostos diferidos</i>		
- Por outras diferenças temporárias	7.663.338	7.851.658
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	(2.914.876)	(827.965)
	4.748.462	7.023.693
<i>Ativos / (Passivos) por impostos correntes</i>		
- Imposto imputado	(2.328.542)	(321.919)
- Derrama estadual	(147.514)	-
- Derrama	(353.958)	(17.373)
- Tributação autónoma	(71.060)	(87.882)
- Pagamentos por conta	209.994	1.142.990
- Pagamento adicional por conta	-	198.726
- Pagamentos especiais por conta	-	49.495
- Retenções na fonte	68.408	32.936
Imposto sobre o rendimento a (pagar)/receber	(2.622.672)	996.973

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Ativos disponíveis para venda reconhecidas na “Reserva de justo valor” e a diferença entre as Provisões constituídas nas contas individuais do Banco, relevantes para efeitos fiscais e as imparidades registadas nas contas consolidadas.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

2014						
	Saldo em 31-12-2013	Variação em Resultados		Variação em Reservas		Saldo em 31-12-2014
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
- Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:						
- Provisões para crédito	7.073.038	(1.067.628)	497.702	-	-	6.503.112
- Valorização de derivados de negociação	11.535	(1.741)	(1.021)	-	-	8.773
- Imparidade de títulos	767.085	(115.786)	118.681	-	-	769.980
- Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	-	-	381.474	-	-	381.474
	7.851.658	(1.185.156)	996.836	-	-	7.663.338
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
- Ativos disponíveis para venda	(827.965)	-	(142.033)	124.976	(2.069.854)	(2.914.876)
	7.023.693	(1.185.156)	854.803	124.976	(2.069.854)	4.748.462



2013						
	Saldo em 31-12-2012	Variação em Resultados		Variação em Reservas		Saldo em 31-12-2013
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
- Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:						
- Provisões para crédito	3.878.509	(96.963)	3.291.492	-	-	7.073.038
- Provisões para risco país	81	(2)	(79)	-	-	-
- Valorização de derivados de negociação	42.448	(1.061)	(29.852)	-	-	11.535
- Imparidade para títulos	627.280	(15.682)	294.592	(15.682)	(123.423)	767.085
- Imparidade ativos não correntes detidos para venda	382.761	(9.569)	(278.226)	(9.569)	(85.397)	-
	4.931.079	(123.277)	3.277.927	(25.251)	(208.820)	7.851.658
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
- Ativos disponíveis para venda	(99.415)	2.485	(10.836)	2.485	(722.684)	(827.965)
	4.831.664	(120.792)	3.267.091	(22.766)	(931.504)	7.023.693

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2014	2013
<i>Impostos correntes</i>		
Do exercício	(2.968.267)	(421.290)
<i>Impostos diferidos</i>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(577.487)	3.146.299
Total de impostos reconhecidos em resultados	(3.545.754)	2.725.009
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	8.400.490	21.907.016
Carga fiscal	42,21%	12,44%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e da Invest Gestão de Ativos relativas aos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria coletável a eventuais correções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que ocorra qualquer correção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.



A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como segue:

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		8.400.490		21.907.016
Imposto apurado com base na taxa nominal	24,50%	2.058.120	26,50%	5.805.359
Derrama estadual	4,21%	353.958	-	-
		2.412.079		5.805.359
Imparidades não aceites fiscalmente	-	-	2,87%	240.723
Efeito de alteração de taxa de imposto	14,11%	1.185.156	1,44%	120.792
Custos não aceites fiscalmente:				
- Reintegrações	0,05%	4.360	0,05%	4.420
Benefícios fiscais	(0,05%)	(4.561)	(0,05%)	(4.399)
Mais e menos valias	0,95%	79.794	0,04%	3.199
Tributação autónoma	0,84%	70.268	0,59%	49.341
Contribuição sobre o sector bancário	0,47%	39.668	0,40%	33.671
Efeito do ganho com a aquisição das "Variable Funding Notes" no âmbito da operação Invest Finance 1	-	-	(108,07%)	(9.078.253)
Outros	(2,87%)	(241.009)	1,19%	100.138
	42,21%	3.545.754	-12,44%	(2.725.009)



16. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	367.737	1.012.047
Outros devedores diversos	110.189	72.160
	477.926	1.084.207
<i>Outros ativos</i>		
Ouro e outros metais preciosos	377.410	549.116
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	354.577	342.938
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Despesas com operação de securitização – Conduit	-	12.355
Rendas	56.086	56.086
Outras	154.487	133.372
	210.573	201.813
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	979.530	2.965.624
Operações fora de bolsa a liquidar	2.323.120	77.632
Outras	527.715	594.782
	3.830.365	3.638.038
	5.250.851	5.816.112

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Operações de bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transações efetuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Recursos do Banco de Portugal	215.000.000	220.000.000
Juros a pagar	1.704.549	1.630.278
	216.704.549	221.630.278

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2014	2013
Até três meses	215.000.000	110.000.000
De um ano a cinco anos	-	110.000.000
	215.000.000	220.000.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 24)..

18. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Swaps		
- De taxa de juro	17.372	17.375
Opções	476.184	368.478
	493.556	385.853



19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos a prazo e outros recursos:		
- Instituições de crédito no país	2.468.198	5.387.085
- Instituições de crédito no estrangeiro	2.456	2.163
	2.470.654	5.389.248

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os “Recursos de outras instituições de crédito” têm vencimento no primeiro trimestre de 2015 e 2014, respetivamente.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>À vista:</i>		
- Depósitos à ordem	37.606.996	30.409.135
<i>A prazo:</i>		
- Depósitos a prazo	220.792.379	192.464.691
- Depósitos estruturados	16.465.398	7.868.508
	237.257.777	200.333.199
	274.864.773	230.742.334
<i>Encargos a pagar:</i>		
- Juros de recursos de clientes	3.255.727	3.108.024
	278.120.500	233.850.358

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2014	2013
Até três meses	63.640.552	58.048.690
De três meses a um ano	121.430.132	135.462.809
De um a cinco anos	52.187.093	6.821.700
	237.257.777	200.333.199



21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Títulos de dívida de clientes	5.008.644	2.843.117
"Floating rate notes" emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
- Classe B	19.779.997	29.068.820
	24.788.641	29.068.820
Juros a pagar	69.026	43.484
	24.857.667	31.955.421

22. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				
	Saldos em 31-12-2013	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2014
Provisões	600.000	-	-	(100.000)	500.000
<i>Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):</i>					
- Crédito concedido	29.355.207	2.488.038	-	(77.841)	31.765.404
- Crédito a clientes - títulos de dívida	1.715.120	110.810	(847.500)	-	978.430
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	3.564.875	581.278	(486.996)	(57.644)	3.601.513
<i>Imparidade de outros ativos:</i>					
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	7.986.075	1.143.153	-	-	9.129.228
- Propriedades de investimento (Nota 12)	1.227.049	(5.107)	-	163.570	1.385.512
	44.448.326	4.318.172	(1.334.496)	(71.915)	47.360.087



2013					
	Saldos em 31-12-2012	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2013
Provisões	500.000	100.000	-	-	600.000
<i>Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):</i>					
- Crédito concedido	14.755.690	14.748.594	(149.077)	-	29.355.207
- Crédito a clientes - títulos de dívida	1.051.138	663.982	-	-	1.715.120
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	4.441.582	(366.575)	(500.000)	(10.132)	3.564.875
<i>Imparidade de outros ativos:</i>					
- Ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	4.650.722	3.072.041	-	263.312	7.986.075
- Propriedades de investimento (Nota 12)	327.464	1.162.891	-	(263.306)	1.227.049
	25.726.596	19.380.933	(649.077)	(10.126)	44.448.326

No decorrer do exercício de 2013 foi realizada a transferência de imparidade da rubrica "Propriedades de investimento" para "Ativos não correntes detidos para venda" no montante de 263.306 euros, associada aos imóveis do Fundo Tejo que deixaram de estar arrendados neste período.

23. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	250.033	641.606
Setor Público Administrativo		
- Retenção de impostos na fonte	410.534	508.941
- IVA a pagar	237.941	130.808
- Contribuições para a Segurança Social	100.443	86.185
Cobranças por conta de terceiros	(20.182)	13.115
Credores diversos		
Outros credores	1.559.414	1.587.729
	2.538.183	2.968.384
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
- Provisão para férias e subsídio de férias	553.603	607.751
Por gastos gerais administrativos	209.651	38.879
Outros	269.840	9.314
	1.033.094	655.944
<i>Receitas com rendimento diferido</i>		
Outras	-	87.076
Outras contas de regularização		
Operações de bolsa a liquidar	6.019.207	3.066.994
Operações fora de bolsa a liquidar	2.323.096	77.498
Outras operações a regularizar	739.009	831.379
	9.081.312	3.975.871
	12.652.589	7.687.275

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas "Operações de bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transações efetuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	3.985.295	3.539.613
Ativos dados em garantia	254.660.000	273.260.000
	258.645.295	276.799.613
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
- Ativos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	1.683.528	3.285.425
Crédito hipotecário	5.520.048	40.946.415
Leasing imobiliário	12.774.671	61.337.133
- Outros valores		
Gestão de carteiras	3.375.242	2.186.949
Clientes - Ações	59.198.110	123.137.220
Clientes - Obrigações diversas	66.854.174	83.393.786
Clientes - Outros	3.743.320	315.565
Fundos - Alves Ribeiro	29.546.019	28.622.971
	182.695.112	343.225.464
	441.340.407	620.025.077

A rubrica “Ativos dados em garantia” diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a totalidade desta rubrica corresponde a títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 17).

Fundo de Resolução

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A..

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900 milhões de euros a realizar pelo Fundo de Resolução nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução apenas detinha recursos próprios de aproximadamente 377 milhões de euros, a subscrição de capital foi efectuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900 milhões de euros do Estado Português; e
- 700 milhões de euros de oito instituições participantes no Fundo (não incluindo o Banco).

Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efetuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efetuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

As contribuições periódicas do Banco para o Fundo de Resolução em 2013 representaram 0,1 %, das contribuições totais das instituições financeiras nacionais. Para 2014 não se apurou a respectiva percentagem dado que ainda não se encontram disponíveis as contas do Fundo de Resolução.

Encontra-se atualmente em curso o processo com vista à alienação do Novo Banco, S.A.. A informação disponível nesta data não permite avaliar o eventual impacto desta situação nas demonstrações financeiras do Banco, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco, S.A. e das determinações que venham a ser realizadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.



25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de ações	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Ações Ordinárias)	9.396.000	46.980.000	78,96%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Ações Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	104.000	520.000	0,87%
	11.900.000	59.500.000	100%

Em 2 de dezembro de 2008 o Banco efetuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 ações preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo acionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As ações preferenciais remíveis sem data fixa, são suscetíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efetuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de junho de cada ano.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco não distribuiu dividendos aos acionistas.

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Reservas de reavaliação</i>		
- Reservas resultantes da valorização ao justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	12.915.323	3.966.307
- Reservas por impostos diferidos e correntes de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.972.249)	(1.027.371)
	9.943.074	2.938.936
Reserva legal	1.740.165	1.740.165
Reserva livre	9.012.951	9.012.951
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	17.968.463	(6.662.800)
	29.295.799	4.664.535
Resultado do exercício	4.833.610	24.631.263
	44.072.483	32.234.734



Reservas de reavaliação

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as reservas de justo valor incluem cerca de 2.800 euros e 26.000 euros, respetivamente, de menos-valias em títulos reclassificados de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Investimentos detidos até à maturidade” e de “Empréstimos e contas a receber” (Notas 8 e 42). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados do exercício de acordo com o método da taxa efetiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, exceto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva de fusão

Em 22 de dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2004, tendo os ativos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respetivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, exceto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.



Nos exercícios de 2014 e 2013, o resultado consolidado do Banco foi apurado da seguinte forma:

	2014	2013
Resultados individuais:		
Banco Invest	17.389.650	(4.955.394)
Invest Gestão de Ativos	114.437	103.313
AR Finance 1, PLC	3.322.830	(473.438)
AR Finance 1, FTC	(2.802.191)	(247.432)
Invest Finance FTC	-	(502.276)
Invest Finance BV	-	17.200
Fundo Tejo	156.330	3.986
Saldanha Holding	16.968.339	1.130
Saldanha Finance	34.559.891	162.219
	(69.709.286)	(5.890.692)
Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade de crédito)	3.288.281	(5.847.030)
Anulação de movimentos registrados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	2.802.191	247.432
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	-	108.802
Provisão para ativos financeiros AR Finance PLC	503.750	1.148.231
Rendimentos de juros recebidos	(1.056.965)	1.217.073
Anulação de imparidade dos imóveis do Fundo Tejo	672.626	-
Outros ajustamentos:		
Reforço de imparidade dos imóveis do Fundo Tejo	-	(863.676)
Correção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	92.888
Anulação do proveito AR Finance PLC recuperação dos juros da classe C	(2.286.772)	-
Anulação dos dividendos distribuídos pela Saldanha Finance e Saldanha Holding	(34.000.000)	-
Aquisição das "Variable Funding Notes" ao abrigo da operação de securitização Invest Finance 1 (Nota 37)	(34.443.616)	34.419.779
Outros	(125.830)	(783)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	4.854.736	24.632.024
Resultado atribuível a interesses que não controlam	(21.126)	(762)
Resultado consolidado do exercício	4.833.610	24.631.262



27. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	849.770	1.025.072
Invest Finance 1 Portugal B.V.	-	18.000
	849.770	1.043.072

O movimento ocorrido na rubrica de "Interesses que não controlam" durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

2014				
	Saldos em 31-12-2013	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31-12-2014
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.025.072	(196.428)	21.126	849.770
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	(18.000)	-	-
	1.043.072	(214.428)	21.126	849.770

2013				
	Saldos em 31-12-2012	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31-12-2013
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.056.613	(32.303)	762	1.025.072
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	18.000
	1.074.613	(32.303)	762	1.043.072

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES



Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de disponibilidades	5.465	13.938
Juros de aplicações em instituições de crédito	43.050	81.222
Juros de crédito a clientes:		
- Crédito interno	4.769.683	2.689.465
- Crédito ao exterior	187.572	175.079
- Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	613.712	438.947
- Ativos titularizados	1.274.054	4.134.283
Juros de crédito vencido	1.342.944	1.260.421
Juros de ativos financeiros detidos para negociação:		
- Títulos	1.573.885	1.955.290
- Instrumentos derivados	547.587	828.465
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda:		
- Títulos	6.203.529	6.515.819
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.520.906	2.958.258
Outros juros e rendimentos similares	231.252	12.516
	20.313.739	21.063.703

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de recursos de bancos centrais	290.932	1.286.728
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
- no país	8.907	15.589
- no estrangeiro	7.127	11.076
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	6.711.022	7.092.630
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	569.667	1.838.359
Juros de passivos financeiros de negociação		
- Instrumentos financeiros derivados	36.537	-
Outros juros e encargos similares	112.342	114.698
	7.736.534	10.359.080

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de ações registadas em "Activos financeiros disponíveis para venda".



31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Por garantias prestadas	48.714	47.549
Por serviços prestados	1.486.549	1.333.137
Por operações realizadas por conta de terceiros	893.574	718.425
	2.428.837	2.099.111

32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Por operações de crédito	37.838	93.022
Por serviços bancários prestados por terceiros	379.017	352.730
Outras comissões pagas	25.523	20.232
	442.378	465.984

33. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS



Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
- Obrigações	408.547	164.171
- Ações	(293.228)	86.022
Emitidos por não residentes		
. Obrigações	2.778.898	1.850.461
. Ações	(131.637)	399.040
. Outros instrumentos de capital	(3.558)	(5.298)
	2.759.022	2.494.396
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
- Swaps		
Divisas	-	(1.523)
Swaps de taxa de juro	(194.475)	(223.025)
Crédito	-	(44.837)
Outros	-	(20.000)
- Futuros		
Sobre cotações	(77.328)	307.282
Sobre taxas de juro	(13.910)	24.064
Divisas	(264.435)	(160.630)
Outros	-	(1.245)
- Opções		
Sobre cotações	524.779	(383.656)
	(25.369)	(503.570)
	2.733.653	1.990.826



34. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	1.200.367	52.191
- Outras obrigações	504.019	94.827
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	763.158	1.612.492
- Outras obrigações	2.574.541	1.059.169
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Ações	320.391	5.305
- Outros	(5.346)	(5)
De não residentes		
- Ações	670.278	-
- Outros	(31.772)	-
	5.995.636	2.823.979

35. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

36. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Ouro e metais preciosos	(212.978)	(518.946)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	(735.235)	(94.968)
Rendas de imóveis arrendados (Nota 12)	-	136.543
Outros	8.250	25.808
	(939.963)	(451.563)



37. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
- Aquisição das "Variable Funding Notes" ao abrigo da operação de securitização Invest Finance 1	-	34.419.779
- Rendas de imóveis arrendados (Nota 12)	595.111	-
- Reembolso de despesas	141.526	150.168
- Rendimentos da prestação de serviços diversos	10.598	3.843
- Outros	66.883	24.473
	814.118	34.598.263
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
- Impostos diretos	238.235	79.194
- Contribuição especial sobre o setor bancário	161.911	137.432
Outros encargos e perdas operacionais:		
- Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	45.173	36.822
- Contribuições para o Fundo de Resolução	44.667	57.460
- Quotizações e donativos	41.555	39.704
- Outros encargos e gastos operacionais	97.613	30.890
	629.154	381.502
	184.964	34.216.761

No decorrer do exercício de 2013, o Grupo concretizou a operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, ao abrigo da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da sociedade Saldanha Finance detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited que, por sua vez, é detida em 100% pelo Banco Invest (Nota 3). O preço de aquisição das VFN foi de 54.041.214 euros, montante correspondente a 61% do valor nominal das VFN que ascendia a 88.460.993 euros à data de aquisição. Neste âmbito, o Grupo registou um ganho de 34.419.779 euros respeitante ao diferencial entre o valor nominal e o valor pago pelas VFN referidas.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

- O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respetivamente, em função do valor apurado.



No decorrer do exercício de 2013, o Banco iniciou a sua contribuição para o Fundo de Resolução que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, e que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

No exercício de 2014 o Banco registou uma contribuição periódica de 44.667 euros. No exercício de 2013 o Banco registou a contribuição inicial e a contribuição periódica para o Fundo de Resolução nos montantes de 13.083 euros e 42.875 euros, respetivamente.

38. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Salários e vencimentos		
- Órgãos de Gestão e Fiscalização	717.703	720.543
- Empregados	3.387.275	3.203.470
	4.104.978	3.924.013
Encargos sociais obrigatórios		
- Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	845.537	785.582
- Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	25.849	17.849
	871.386	803.431
Outros custos com pessoal:		
- Outros	91.517	154.789
	5.067.881	4.882.233

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2014	2013
Administradores	7	7
Diretores e chefias	15	15
Quadros técnicos	100	96
Administrativos	5	5
	127	123



39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Com fornecimentos	233.943	229.189
Com serviços	2.554.943	2.298.797
Com Serviços especializados	1.220.723	1.085.049
Outros serviços de terceiros	596.844	588.547
	4.606.453	4.201.582

40. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades em que o Banco exerça, directa ou indirectamente, o controlo ou influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional (Subsidiárias ou associadas) e entidades que exerçam influência significativa sobre a gestão do Banco, nomeadamente acionistas ou entidades por eles controladas e colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco:

Acionistas e entidades por estes controladas:

- Fundo Inspirar;
- Monvest, SGPS, S.A.;
- US Gestar;
- Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Alves Ribeiro, S.A.;
- Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.;
- Mundicenter, SGPS, S.A.;
- Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.;
- Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.;
- SOTIF, SGPS, S.A.;
- VALRI, SGPS, S.A.;
- MS - Participações, SGPS, S.A.;
- LERIMO, SGPS, S.A..

Órgãos sociais – membros do conselho de administração:

- Afonso Ribeiro Pereira de Sousa (Presidente)
- António Miguel R. R. Branco Amaral (Vice-presidente)
- Francisco Manuel Ribeiro (Vogal)
- Luís Miguel Barradas Ferreira (Vogal)



Saldos com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

2014		
	Órgãos Sociais	Acionistas e entidades controladas
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.439.970
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.233.00
Crédito a clientes	509.000	15.063.452
Recursos de clientes	-	(18.051.237)
	-	(18.051.237)

2013		
	Órgãos Sociais	Acionistas e entidades controladas
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.094.326
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.233.00
Crédito a clientes	546.709	15.507.082
Recursos de clientes	-	(16.812.757)

Transações com entidades relacionadas

Nos exercícios de 2014 e 2013, os principais saldos da demonstração dos resultados consolidados com entidades relacionadas são os seguintes:

2014		
	Órgãos Sociais	Acionistas e entidades controladas
Juros e rendimentos similares	7.041	534.745
Rendimentos de ativos financeiros ao justo valor por resultados	-	345.644
Rendimentos de serviços e comissões	-	835
Gastos gerais administrativos	-	(272.323)

2013		
	Órgãos Sociais	Acionistas e entidades controladas
Juros e rendimentos similares	7.650	390.612
Rendimentos de ativos financeiros ao justo valor por resultados	-	270.806
Rendimentos de serviços e comissões	-	985
Gastos gerais administrativos	-	(270.309)

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.



Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos acionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efetiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2014, qualquer plano de atribuição de ações ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi de 710.184 euros.

41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direção de Crédito e a direção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais riscos inerentes à atividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou coletivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as atividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.



Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

2014			
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Ativos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.824.051	-	1.824.051
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.012	-	7.168.012
Ativos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	52.375.157	-	52.375.157
- Instrumentos financeiros derivados	2.365.151	-	2.365.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	257.321.074	(3.601.513)	253.719.561
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	3.400.352
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	185.613.866	(31.765.404)	153.848.462
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	32.474.824	(978.430)	31.496.394
Investimentos detidos até à maturidade	77.280.239	-	77.280.239
Outros ativos:			
- Devedores e outras aplicações	477.926	-	477.926
	620.300.652	(36.345.347)	583.955.305
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.985.295	-	3.985.295
	624.285.947	(36.345.347)	587.940.600
2013			
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Ativos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.619.000	-	5.619.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.756.803	-	5.756.803
Ativos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	49.884.097	-	49.884.097
- Instrumentos financeiros derivados	1.740.750	-	1.740.750
Ativos financeiros disponíveis para venda	229.811.998	(3.564.877)	226.247.121
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	196.720.900	(29.355.207)	167.365.693
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	9.460.955	(1.715.120)	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	63.787.169
Outros ativos:			
- Devedores e outras aplicações	1.084.207	-	1.084.207
	563.865.879	(34.635.204)	529.230.675
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.539.613	-	3.539.613
	567.405.492	(34.635.204)	532.770.288



CA carteira de crédito do Banco, revela dois grandes grupos homogêneos:

- Um, mais significativo, constituído por operações de financiamento imobiliário à aquisição ou auto-construção, dirigidas ao universo empresarial, com maturidades de longo prazo e tendo como colateral a propriedade jurídica (nas operações de locação financeira imobiliária) ou a hipoteca em primeiro grau (no caso dos mútuos hipotecários) dos imóveis financiados;
- Outro, menos relevante, formado por operações de financiamento em contas margem, com penhor de carteiras de valores mobiliários, cotação em mercado oficial e liquidez e, ainda, operações de muito curto prazo, com penhor de metais preciosos.

Este segundo grupo de créditos, pela sua natureza de curto e muito curto prazo, tem uma excelente rotação, permitindo uma rápida revitalização da carteira. A política de monitorização de risco rigorosa e de elegibilidade de colaterais, muito prudente, condicionada à existência de mercado regulado e com fluidez, conduzem a níveis de exposição ao risco bastante reduzidos.

Outro tanto já não se pode, em rigor, concluir em relação ao crédito de natureza imobiliária que, pela sua maturidade de longo prazo, conduz a uma carteira matizada por operações com origem em diferentes períodos de tempo e, por isso, diferentes graus de exposição ao risco.

Assim e se é certo que a política de concessão de novo crédito se adaptou aos sucessivos cenários do enquadramento económico, estando em linha com as políticas prudenciais mais exigentes, em relação à carteira já em curso, o principal desafio colocado ao Banco foi a implementação de meios eficazes de gestão da carteira, nas componentes de monitorização, gestão e avaliação do risco.

Não obstante, o Banco manterá e continuará a reforçar as medidas tendentes à preservação da qualidade e integridade da sua carteira de crédito.

1. Sobre a política de gestão de risco:

Com uma Equipa experiente e com políticas consolidadas em mais de 17 anos de operação, o Banco dispõe de uma bateria de meios que lhe permitem:

- A monitorização, em tempo real, dos sinais de imparidade ou de risco;
- O controlo diário, de situações de incumprimento (total ou parcial) das obrigações contratuais, sejam de natureza pecuniária ou de qualquer outra natureza;
- O ajustamento automático da notação de risco interna;
- A edição automática de alertas dirigidos aos Gestores de Clientes e Direções de Crédito, de Recuperação e Jurídica;
- A emissão e expedição de notificações relativas a incumprimento, com explicitação da sua origem, data de vencimento, encargos devidos, meios de regularização e consequências do incumprimento, aos Titulares e seus Garantes;
- O registo histórico de todos os eventos, diligências realizadas e seus resultados.

Na gestão do risco de crédito o Banco atende, de acordo com Manual de Procedimentos em vigor:

- à monitorização permanente dos maiores riscos, em termos de valor;
- ao acompanhamento do risco de concentração setorial,

agindo dentro da salvaguarda dos seus legítimos direitos e da integridade das garantias do crédito, no respeito da legislação aplicável, e na procura de caminhos que privilegiem – sempre que possíveis – soluções negociais e de âmbito extra-judicial.

A aplicação prática de legislações específicas orientadas para a proteção dos Clientes bancários em situação económica difícil, do regime PARI ou PERSI, sempre e quando aplicável, integra os procedimentos regulares do Banco.

2. Política de write-off de créditos.

Na consideração do risco de perda por incumprimento, o Banco respeita integralmente a política de Provisionamento instituída pelo Aviso 3/95 e, no reconhecimento de Imparidades, as orientações da carta-circular 02/2014/DSP, do Banco de Portugal.



Contudo, o Banco não entendeu, ainda, implementar uma política de *write-off* do crédito em risco, mantendo o seu registo contabilístico, prosseguindo o ritmo de provisionamento e reconhecimento de imparidades, até que as iniciativas judiciais de recuperação dos valores em dívida, sobre os Titulares e sobre os Garantes, se possam dar por extintas, com certificação judicial da situação.

Desta forma, realça-se que o valor da carteira, o volume das provisões e das imparidades reconhecidas, não têm sido alvo de erosão por prática regular de *write-offs*.

3. *Política de reversão de imparidades:*

A reversão de imparidades já reconhecidas sobre a carteira de crédito só ocorre, em situações específicas e fundamentadas de redução do risco potencial de perda, nomeadamente:

- No pagamento total ou parcial dos valores em risco;
- No reforço dos colaterais do crédito;
- Na alteração justificada dos parâmetros de cálculo da imparidade:
 - i) redução da Probabilidade de *Default*, redução da Perda Esperada, no caso de cálculo de imparidade de forma coletiva;
 - ii) aumento do valor de mercado dos colaterais, redução dos custos efetivos de manutenção e/ou realização dos colaterais, redução das taxas de mercado aplicadas na atualização do provável valor de realização dos colaterais, no caso de cálculo de imparidades por análise individual.

4. *Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:*

As medidas de reestruturação de crédito são definidas numa base casuística, em função da análise do risco em presença. Suportam-se em dossier de crédito específico a submeter a despacho nos termos de Manual em vigor.

Podem englobar: i) aumento do prazo de reembolso; ii) concessão de um período de carência de capital; iii) diferimento do reembolso de parte do valor financiado para o final do prazo ou, ainda, a iv) capitalização do valor vencido.

Sempre que possível o Banco procura obter reforço das garantias do crédito e/ou o pagamento dos juros vencidos.

O crédito reestruturado é marcado e monitorizado nos termos definidos pelo Banco de Portugal e, resultando de dificuldades do Devedor, as correspondentes imparidades de crédito passam a ser calculadas por análise individual.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima definidas é a seguinte:



2014					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Contas Correntes	17.943.081	-	-	2.985.477	20.928.558
Crédito Imobiliário	30.560.666	2.162.403	843.454	30.203.787	63.770.310
Crédito Mútuo	8.290.574	857.060	74.942	6.552.133	15.774.709
Leasing Imobiliário	53.724.275	4.545.363	2.451.232	14.053.812	74.774.682
Leasing Mobiliário	525.453	-	116.706	-	642.159
Outros Créditos	1.418.080	1.217.818	1.031.112	2.737.253	6.404.263
Descobertos em depósitos à ordem	2.862.874	-	-	-	2.862.874
	115.325.003	8.782.644	4.517.446	56.532.462	185.157.555

2013					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Leasing Imobiliário	61.824.945	3.858.709	3.195.938	13.462.748	82.342.340
Crédito Imobiliário	33.932.213	1.590.529	2.161.143	26.669.479	64.353.364
Contas Correntes	19.968.556	-	-	2.854.798	22.823.354
Crédito Mútuo	10.277.832	195.437	1.361.252	4.339.285	16.173.806
Outros Créditos	1.227.032	1.319.468	1.990.055	1.871.842	6.408.397
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	-	-	3.456.975
Leasing Mobiliário	594.923	-	-	7.917	602.840
	131.282.476	6.964.143	8.708.388	49.206.069	196.161.076

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos ativos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efetiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre ativos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de ativos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os ativos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.



A carteira de crédito do Banco mostra-se segmentada em função da sua natureza, características específicas e tipos de colaterais, de acordo com o supra referido.

Assim sendo, são submetidos a processo de avaliação e cálculo por grupos homogêneos e autónomos: i) os créditos de natureza e raiz imobiliária, ii) os créditos em conta margem, garantidos por carteiras de valores mobiliários e, ainda, iii) os créditos garantidos por penhores de metais preciosos.

No processo de cálculo de imparidades, o Banco respeita as determinações do Banco de Portugal contidas na Carta - Circular 02/2014/DSP. A definição das exposições a analisar, coletiva e individualmente, respeita os referidos preceitos, sendo de realçar que o Banco submete a análise individual, para além das determinadas pelo BdP: i) todas as exposições consideradas relevantes (que, no critério do Banco, envolvem valores em risco superiores a 500.000 euros), ii) as exposições a alguns setores em que a concentração de risco é considerada relevante, (mesmo sem incumprimento, sinais de imparidades ou de risco) e, também, iii) a eventual exposição a empresas do grupo ou direta e indiretamente relacionadas.

De salientar que no processo de cálculo de imparidades, são considerados em risco não só os eventuais valores vencidos e não pagos, quando existam, como os valores de capital vincendo e, ainda, os juros corridos mas ainda não vencidos.

Por outro lado, no apuramento do valor de execução dos colaterais – isto é, do provável valor de realização dos créditos – são considerados, tal como determinado pelo BdP, os custos inerentes à sua realização. No caso particular dos imóveis, o referido valor de realização, expurgado das prováveis despesas de manutenção e venda, é atualizado à taxa de juro do contrato associado, pelo tempo estimado para a sua recuperação e venda.

Sendo relevantes, na carteira global de crédito do Banco, as garantias de natureza imobiliária, importa realçar que está instituída e em prática efetiva, visando a integridade da garantia, a subordinação dos imóveis a seguros de multi-riscos, com ressalva dos direitos em caso de indemnização, seguros este que o Banco preventivamente contrata por sua iniciativa, sempre que os contratos de financiamento entram em situação de incumprimento continuado, contencioso ou os imóveis são recuperados em regularização de crédito próprio.

A manutenção dos imóveis recuperados em regularização de crédito próprio é, igualmente, assegurada pelo Banco visando preservar os seus valores de realização.

De acordo com as determinações estabelecidas na Carta - Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, infra discriminamos a carteira de crédito a 31 de dezembro de 2014:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

	Exposição 31-12-2014					Imparidade 31-12-2014		
	Exposição Total	Crédito em Cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em Cumprimento	Crédito em Incumprimento
Construção e CRE	37.614.823	13.082.421	1.703.913	24.532.402	4.933.621	7.107.615	1.062.614	6.045.001
Corporate	785.318	232.540	-	552.778	26.748	561.654	8.877	552.778
Crédito sobre Penhores	6.231.031	2.323.062	-	3.907.968	-	698.482	40.878	657.604
Crédito Tradicional	123.461.009	73.911.618	7.912.533	49.549.391	18.878.913	20.394.288	3.407.563	16.986.725
Descobertos em DO	37.754	-	-	37.754	-	43.416	-	43.416
Habitação	13.767.267	7.364.949	562.849	6.402.318	747.687	2.817.084	278.842	2.538.242
Prestação de Serviços	132.098	-	-	132.098	-	142.864	-	142.864
Total	182.029.299	96.914.590	10.179.295	85.114.709	24.586.970	31.765.404	4.798.775	26.966.629

A exposição total apresentada nestes mapas corresponde à utilizada ao nível do Modelo de imparidade de crédito do Banco, que face ao valor da exposição de crédito apresentado na Nota 9, apresenta as seguintes diferenças: (i) não engloba 2.825.023 euros referentes a Descobertos em depósitos à ordem pelo facto de no Modelo de imparidade se considerar o valor do património do cliente como fator a deduzir à exposição global; e (ii) não engloba cerca de 669.040 Euros referente a saldos credores com os clientes, dado que no Modelo de imparidade se considerar esse montante como fator a deduzir à exposição global do cliente. Este critério foi aplicado de forma consistente nos quadros seguintes desta Nota.



Segmento	Exposição Total 31-12-2014	Da exposição total 31-12-2014					
		Crédito em Cumprimento				Crédito em incumprimento	
		Atraso < 30 dias		Atraso entre 30 e 90 dias	Sub Total	Atraso <= 90 dias	Atraso >90 dias
		sem indicio	com indicio				
Construção e CRE	37.614.823	10.431.711	585.488	2.065.222	13.082.421	5.631.065	18.901.338
Corporate	785.318	232.540	-	-	232.540	-	552.778
Crédito sobre Penhores	6.231.031	893.597	429.822	999.643	2.323.062	289.898	3.618.070
Crédito Tradicional	123.461.009	56.357.036	15.050.126	2.504.457	73.911.618	16.062.473	33.486.918
Descobertos em DO	37.754	-	-	-	-	-	37.754
Habitação	13.767.267	6.081.292	884.544	399.113	7.364.949	229.983	6.172.335
Prestação de Serviços	132.098	-	-	-	-	-	132.098
Total	182.029.299	73.996.176	16.949.980	5.968.435	96.914.590	22.213.418	62.901.291

Segmento	Imparidade Total 31-12-2014	Da imparidade total 31-12-2014				
		Crédito em Cumprimento			Crédito em incumprimento	
		Atraso < 30 dias		Atraso entre 30 e 90 dias	Atraso <= 90 dias	Atraso >90 dias
		sem indicio	com indicio			
Construção e CRE	7.107.615	445.833	22.350	594.432	693.675	5.351.325
Corporate	561.654	8.877	-	-	-	552.778
Crédito sobre Penhores	698.482	5.809	2.606	32.463	8.012	649.592
Crédito Tradicional	20.394.288	2.271.267	923.228	213.068	5.830.472	11.156.253
Descobertos em DO	43.416	-	-	-	-	43.416
Habitação	2.817.084	232.138	33.597	13.107	48.041	2.490.201
Prestação de Serviços	142.864	-	-	-	-	142.864
Total	31.765.404	2.963.924	981.781	853.070	6.580.200	20.386.429

b) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

Ano de Produção	Construção e CRE			Corporate			Crédito sobre Penhores			Crédito Tradicional		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e anteriores	64	7.766.017	840.968	1	37.317	37.317	0	-	-	235	18.073.793	4.241.521
2005	25	3.998.785	151.455	0	-	-	0	-	-	57	6.702.526	466.564
2006	32	7.742.322	1.348.896	1	7.242	276	0	-	-	71	13.013.421	2.304.731
2007	28	4.283.243	1.079.899	2	225.297	8.600	0	-	-	84	13.644.560	2.031.552
2008	23	5.146.848	1.308.933	0	-	-	1	179	179	71	19.872.306	4.073.770
2009	13	1.741.179	432.507	0	-	-	1	1.211	1.212	50	9.176.662	1.792.179
2010	18	2.286.184	1.271.497	0	-	-	7	139.225	133.622	37	4.491.266	827.355
2011	17	3.081.507	546.858	1	488.712	488.712	714	594.870	117.355	30	6.489.713	342.704
2012	5	670.082	60.380	0	-	-	2.257	1.596.399	321.191	42	8.992.442	1.237.043
2013	5	464.743	50.715	0	-	-	2.568	1.381.168	86.561	45	15.688.987	1.735.547
2014	5	433.912	15.505	1	26.748	26.748	4.566	2.517.980	38.363	50	7.315.334	1.341.324
Total	235	37.614.823	7.107.615	6	785.318	561.654	10.114	6.231.031	698.482	772	123.461.009	20.394.288



Ano de Produção	Descobertos em DO			Habitação			Prestação de Serviços			Total		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2004 e anteriores	0	-	-	103	3.847.147	441.983	0	-	-	403	29.724.274	5.561.788
2005	0	-	-	22	812.950	48.176	1	4.033	4.362	105	11.518.294	670.558
2006	0	-	-	22	1.713.671	107.620	0	-	-	126	22.476.657	3.761.523
2007	0	-	-	14	3.454.728	1.879.442	0	-	-	128	21.607.829	4.999.493
2008	0	-	-	16	1.306.273	201.883	0	-	-	111	26.325.605	5.584.764
2009	0	-	-	4	202.309	21.913	0	-	-	68	11.121.361	2.247.811
2010	0	-	-	4	430.400	41.865	0	-	-	66	7.347.075	2.274.339
2011	0	-	-	5	559.466	21.356	6	67.500	73.001	773	11.281.767	1.589.986
2012	0	-	-	1	20.730	791	4	29.958	32.400	2309	11.309.611	1.651.805
2013	0	-	-	2	137.473	5.260	4	29.979	32.423	2624	17.702.351	1.910.506
2014	26	37.754	43.416	9	1.282.120	46.796	1	627	678	4658	11.614.475	1.512.830
Total	26	37.754	43.416	202	13.767.267	2.817.084	16	132.098	142.864	11.371	182.029.299	31.765.404

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor, geografia:

c.1) Por segmento:

Segmento	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Construção e CRE	31.357.944	6.256.879	37.614.823	6.868.773	238.842	7.107.615
Corporate	552.778	232.540	785.318	552.778	8.877	561.654
Crédito sobre Penhores	3.907.968	2.323.062	6.231.031	657.604	40.878	698.482
Crédito Tradicional	91.411.428	32.049.581	123.461.009	19.170.877	1.223.411	20.394.288
Descobertos em DO	37.754	-	37.754	43.416	-	43.416
Habitação	6.965.167	6.802.100	13.767.267	2.557.431	259.653	2.817.084
Prestação de Serviços	132.098	-	132.098	142.864	-	142.864
Total	134.365.137	47.664.162	182.029.299	29.993.742	1.771.661	31.765.404

c.2) Por setor de atividade:

Sector de atividade	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	39.718.646	12.132.495	51.851.141	11.302.732	463.124	11.765.856
Construção	31.377.609	6.268.648	37.646.257	6.869.523	239.291	7.108.815
Particulares	14.551.447	12.790.346	27.341.793	4.665.068	440.442	5.105.510
Actividades financeiras e de seguros	15.319.036	230.778	15.549.815	839.018	8.809	847.827
Indústrias transformadoras	7.604.104	7.626.362	15.230.466	1.552.512	291.117	1.843.629
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4.949.428	1.238.566	6.187.994	792.251	47.280	839.530
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5.103.828	318.478	5.422.306	720.877	12.157	733.034
Alojamento, restauração e similares	3.126.895	1.605.374	4.732.269	1.058.783	61.281	1.120.064
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.172.146	879.130	4.051.276	1.074.735	33.559	1.108.294
Atividades de saúde humana e apoio social	3.289.793	711.991	4.001.784	396.912	27.178	424.090
Transportes e armazenagem	1.395.383	1.914.480	3.309.863	53.265	223.093	276.358
Outras actividades de serviços	2.259.420	909.440	3.168.860	372.668	34.716	407.383
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.666.240	503.061	2.169.301	85.825	19.203	105.028
Educação	299.927	202.431	502.358	39.284	7.727	47.011
Actividades imobiliárias	12.138	467.201	479.339	463	17.834	18.298
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições	-	261.113	261.113	-	9.967	9.967
Actividades de informação e de comunicação	-	123.366	123.366	-	4.709	4.709
Total	133.846.040	48.183.260	182.029.299	29.823.915	1.941.489	31.765.404

c.3) Por geografia:



Geografia	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
França	-	254.405	254.405	-	9.711	9.711
Portugal	134.364.510	47.098.005	181.462.515	29.993.064	1.750.050	31.743.114
Suiça	-	50.639	50.639	-	1.933	1.933
Reino Unido	-	627	627	-	678	678
Estados Unidos	261.113	-	261.113	9.967	-	9.967
Total	134.625.623	47.403.676	182.029.299	30.003.032	1.762.372	31.765.404

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

Como resulta claro das Notas e Informações precedentes, a estrutura da carteira de crédito do Banco: (i) é formada por financiamentos aplicados na aquisição de imóveis destinados a utilização profissional ou empresarial; (ii) está suportada em colaterais constituídos pela propriedade jurídica do imóvel financiado (no caso do leasing) ou da hipoteca em primeiro grau (no caso dos créditos hipotecários); e (iii) tem uma estrutura de reembolso, na sua quase totalidade, com maturidades de longo prazo (acima dos 10 anos).

Face à natureza das operações de crédito em questão, a resolução extra-judicial de situações de dificuldades no cumprimento dos planos de reembolso, ou de incumprimento (desde que superável), passa por soluções tradicionais que visam a adaptação do Plano de Reembolsos à realidade da tesouraria dos Clientes.

Assim, os processos de reestruturação que podem, como já se referiu, compreender pontualmente a capitalização dos valores vencidos e ainda não pagos à data da sua concretização, passam pela tentativa de redução da pressão da tesouraria dos Clientes, propósito que pode ser atingido, como também já foi dito, pelo alongamento do prazo global de reembolso, ou no eventual deslocamento de parte do capital a amortizar para a data de termo do contrato.

A implementação de períodos de carência de capital, que só se considera em situações que possam considerar-se de transição e, por isso, por períodos de tempo não superiores a 12 meses, de uma forma geral tem utilização residual e, quando adotada, não leva à suspensão total do capital a amortizar periodicamente, dado o muito baixo nível atual das taxas de juro.

Muito embora, à data da elaboração das presentes Notas, não esteja concluída a codificação integral dos contratos reestruturados, com o detalhe desagregado do tipo ou da combinação de tipos de medidas de reestruturação, pode com alguma segurança assumir-se que, isoladamente: (i) a adoção de períodos de carência de capital (total ou parcial), como medida de reestruturação de contratos, não supera 15% do total; e (ii) enquanto as medidas consolidadas de reestruturação (que envolvem a reformulação integral do Plano de Reembolsos) não são inferiores a 85% do total.

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	22.408.077
Créditos reestruturados no período	15.610.891
Juros corridos da carteira reestruturada	97.580
Liquidação de créditos reestruturados (total ou parcial)	(1.966.741)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(1.383.541)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	34.766.265

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação:

31-12-2014	Construção e CRE				Corporate				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo Valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	147	15.916.516	2	139.140	-	-	1	7.242	168	8.763.448	-	-
<=0,5 M€ e <1 M€	33	9.289.192	-	-	-	-	1	201.286	10	2.544.932	-	-
<=1 M€ e <5 M€	10	9.952.095	-	-	-	-	-	-	2	2.276.536	-	-
Total	190	35.157.803	2	139.140	-	-	2	208.528	180	13.584.916	-	-



g) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção e CRE e Habitação:

Segmento / Rácio	31-12-2014			
	Número de Imóveis	Crédito em Cumprimento	Crédito em Incumprimento	Imparidade
<i>Construção e CRE</i>				
Sem colateral associado ¹	n.a.	951.091	1.202.536	706.151
<60 %	129	7.463.095	5.492.591	994.835
>=60% e <80%	30	3.145.979	5.664.924	939.035
>=80% e <100%	14	165.223	6.576.626	1.040.046
>=100%	21	1.357.034	5.595.725	3.427.546
<i>Corporate</i>				
Sem colateral associado	n.a.	24.012	552.778	553.694
<60 %	2	208.528	-	7.960
>=60% e <80%	0	-	-	-
>=80% e <100%	0	-	-	-
>=100%	0	-	-	-
<i>Habitação</i>				
Sem colateral associado	n.a.	925	137.889	206.701
<60 %	137	4.325.984	2.412.681	258.057
>=60% e <80%	23	1.523.127	365.325	108.853
>=80% e <100%	13	1.258.807	498.779	160.727
>=100%	8	256.106	2.987.644	2.082.747

¹ Estes créditos classificados sem colateral associado incluem créditos que estão associados a outros contratos de crédito do mesmo cliente, alocados em outros segmentos, mas em que o colateral apenas ficou associado em termos de aplicação informática ao outro crédito. Não obstante, para efeitos de apuramento de imparidade o Modelo de imparidade considera conjuntamente o colateral associado aos contratos.

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade:

Ativo	31-12-2014		
	Número de Imóveis	Justo valor do Ativo	Valor Contabilístico
<i>Terreno</i>			
Urbano	39	3.108.185	2.636.299
Rural	25	2.781.097	2.566.299
<i>Edifícios Construídos</i>			
Comerciais	92	9.242.773	8.069.834
Habitação	35	9.677.945	8.867.264
Outros	37	9.276.837	8.015.998
Total	228	34.086.837	30.155.694



Tempo decorrido desde a dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
<i>Terreno</i>					
Urbano	-	877.403	1.369.781	456.686	2.703.870
Rural	204.127	252.999	739.971	1.313.448	2.510.545
<i>Edifícios Construídos</i>					
Comerciais	986.876	3.574.239	2.020.917	1.334.457	7.916.489
Habitação	807.806	1.611.136	5.057.421	1.268.135	8.744.499
Outros	862.987	2.232.222	4.311.883	873.200	8.280.292
Total	2.861.796	8.547.999	13.499.973	5.245.926	30.155.694

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

	31-12-2014						Total
	GR Baixo	GR Médio		GR Elevado		nd	
	A	B	C	D	E		
Construção e CRE	11.910.739	4.924.389	2.849.479	1.605.465	16.283.588	41.163	37.614.823
Corporate	225.297	33.991	-	-	526.029	-	785.318
Crédito sobre Penhores	-	807	-	-	-	6.230.224	6.231.031
Crédito Tradicional	50.787.988	32.348.884	17.688.238	10.971.018	11.664.881	-	123.461.009
Descobertos em DO	-	-	-	-	-	37.754	37.754
Habitação	5.572.917	2.264.322	1.388.828	870.783	3.670.416	-	13.767.267
Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	132.098	132.098
Total	68.496.941	39.572.392	21.926.544	13.447.266	32.144.916	6.441.240	182.029.299

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade coletiva por segmento:

31-12-2014	Imparidade			
	PD(%)			LGD
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30-90 Dias	
<i>Segmentos</i>				
Construção e CRE	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%
Corporate	11,794%	-	-	25,430%
Crédito sobre Penhores	23,606%	33,409%	52,161%	16,827%
Crédito Tradicional	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%
Habitação	11,794%	26,947%	65,627%	25,430%

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transações em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por setor e por país.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

2014											
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
<i>Ativos</i>											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	16.798.282	19.222.912	1.293.073	-	-	-	-	15.060.891	52.375.157
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.447.672	54.384.791	143.716.717	42.205.477	2.452.441	1.007.190	-	-	3.505.273	253.719.561
Investimentos detidos até à maturidade	2.566.684	-	15.480.118	43.256.659	15.976.778	-	-	-	-	-	77.280.239
Outros créditos e valores titulados	-	-	3.458.723	-	400.651	-	-	-	11.528	27.625.493	31.496.394
	2.566.684	6.447.672	90.121.914	206.196.288	59.875.978	2.452.441	1.007.190	-	11.528	46.191.657	414.871.351

2013											
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
<i>Ativos</i>											
Ativos financeiros detidos para negociação	-	2.500.896	13.144.681	21.828.040	1.419.193	161.185	-	-	-	10.830.102	49.884.097
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.889.724	75.009.468	79.994.908	58.750.890	3.026.264	1.610.666	-	-	2.965.201	226.247.121
Investimentos detidos até à maturidade	2.566.049	-	12.494.597	31.905.663	16.820.860	-	-	-	-	-	63.787.169
Outros créditos e valores titulados	-	2.453.239	1.000.645	256.412	422.516	-	811.015	-	314.310	2.487.698	7.745.835
	2.566.049	9.843.859	101.649.391	133.985.023	77.413.459	3.187.449	2.421.681	-	314.310	16.283.001	347.664.222

N.R. - Not Rated

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:



	2014				2013			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Espanha	19.796.189	104.490.908	6.260.106	130.547.203	34.883.058	92.122.307	6.005.016	133.010.381
Itália	12.521.111	72.781.803	4.173.807	89.476.721	14.645.441	12.919.022	5.150.848	32.715.311
Portugal	4.589.874	15.052.789	62.728.463	82.371.127	10.365.017	33.644.493	23.777.968	67.787.478
Holanda	1.505.056	-	42.198.682	43.703.738	2.500.896	-	34.132.970	36.633.866
Irlanda	15.078.178	10.322.968	2.869.684	28.270.831	8.153.094	10.587.373	11.431.323	30.171.790
E.U.A.	11.578.285	-	3.502.368	15.080.653	21.082.603	-	-	21.082.603
Grã-Bretanha	10.602.972	-	1.178.474	11.781.446	6.359.253	-	1.150.596	7.509.849
França	4.572.672	1.037.336	1.000.867	6.610.876	5.901.141	990.586	1.185.370	8.077.097
Alemanha	4.741.931	-	-	4.741.931	3.077.051	-	-	3.077.051
Outros	-	-	2.286.825	2.286.825	5.146.656	-	2.452.140	7.598.796
	84.986.269	203.685.805	126.199.278	414.871.351	112.114.210	150.263.781	85.286.231	347.664.222

Na elaboração destes mapas não foram considerados os instrumentos de capital, os instrumentos financeiros derivados e as provisões regulamentares.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez reveem regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efetiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efetiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.



Prazos residuais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2014								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.012	-	-	-	-	-	-	7.168.012
Ativos financeiros detidos para negociação	-	12.523.919	2.222.471	31.863.008	8.170.591	4.208.171	-	58.988.160
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8.764.540	104.794.200	49.202.255	91.235.707	8.059.106	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	3.000.000	400.000	-	-	352	-	3.400.352
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	7.997.309	8.684.997	20.756.935	108.776.248	36.079.192	456.311	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	1.009.253	25.818.323	4.857.467	-	-	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.723.834	-	12.679.075	56.877.330	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	439.826	-	477.926
	12.267.351	40.009.602	117.110.922	140.319.596	269.955.443	48.786.647	456.311	628.905.871
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	215.000.000	-	-	-	-	1.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação	-	200.182	200.507	77.924	14.943	-	-	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	-	-	-	-	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.606.996	63.640.552	121.430.132	52.187.093	-	-	3.255.727	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.429.175	2.583.410	6.379.064	13.396.992	-	69.026	24.857.667
	40.077.650	281.269.910	124.214.049	58.644.081	13.411.935	-	5.029.302	522.646.927
Gap de liquidez	(27.810.299)	(241.260.308)	(7.103.127)	81.675.515	256.543.507	48.786.647	(4.572.991)	106.258.944
2013								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.756.803	-	-	-	-	-	-	5.756.803
Ativos financeiros detidos para negociação	-	10.752.460	1.045.274	24.828.450	14.943.289	3.295.894	-	54.865.367
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	77.307.417	70.192.637	78.471.598	10.135.903	-	236.107.555
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.975	15.395.225	6.796.441	16.371.673	118.964.999	35.175.763	559.824	196.720.900
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	211.369	4.658.711	2.875.755	-	-	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	12.494.597	929.251	20.323.222	30.040.099	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.046.107	-	1.084.207
	15.385.360	38.642.282	86.289.752	136.374.693	245.333.840	49.653.667	559.824	572.239.418
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	110.000.000	-	110.000.000	-	-	1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	-	113.890	264.412	3.601	3.950	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248	-	-	-	-	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.409.135	58.048.690	135.462.809	6.821.700	-	-	3.108.024	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.757.035	845.227	7.507.154	21.802.521	-	43.484	31.955.421
	35.798.383	169.919.615	136.572.448	124.332.455	21.806.471	-	4.781.786	493.211.158
Gap de liquidez	(20.413.023)	(131.277.333)	(50.282.696)	12.042.238	223.527.369	49.653.667	(4.221.962)	79.028.260

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projetados de juros associados aos ativos e passivos financeiros;
- a coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna “Indeterminado”;
- nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efetuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O *Gap* de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este *Gap*, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2014 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do Banco, apresentando um incremento de 26% relativamente ao final de 2013.

A captação de depósitos durante o ano de 2014 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu “normalizar” o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco.

O *Gap* de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco. O valor total da carteira de títulos é superior ao *Gap* de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido *Gap*, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco contratos de reporte com diferentes instituições bancárias.

Risco de mercado

A atividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afetado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por fatores específicos do próprio instrumento, quer por fatores que afetam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objetivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos ativos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efetuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas atividades de *trading* e gestão de ativos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.



Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A atividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transações efetuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares norte-americanos e libras têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transações efetuadas noutras divisas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda::

	2014 Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Ativo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.528.655	1.769.373	687.690	182.293	7.168.012
Ativos financeiros detidos para negociação	56.875.101	1.738.405	374.654	-	58.988.160
Ativos financeiros disponíveis para venda	257.419.842	172.798	4.463.169	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	3.400.352	-	-	-	3.400.352
Crédito a clientes	217.060.438	238.471	-	-	217.298.909
Investimentos detidos até à maturidade	73.052.813	4.227.426	-	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	426.047	45.787	5.135	956	477.926
	614.999.714	8.192.260	5.530.649	183.249	628.905.872
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	216.704.549	-	-	-	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação	486.069	7.487	-	-	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.321.465	149.189	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	269.879.041	8.089.800	111.736	39.924	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	24.857.667	-	-	-	24.857.667
	514.248.791	8.246.476	111.736	39.924	522.646.927
Exposição líquida (Posição Cambial)	100.750.923	(54.217)	5.418.912	143.326	106.258.945



	2013 Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Ativo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.632.369	1.560.376	277.761	286.297	5.756.803
Ativos financeiros detidos para negociação	53.545.735	1.239.670	79.962	-	54.865.367
Ativos financeiros disponíveis para venda	231.643.951	390.782	4.072.822	-	236.107.555
Crédito a clientes	206.118.117	63.738	-	-	206.181.855
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	323.479	758.814	-	1.914	1.084.207
	565.222.402	4.013.380	4.430.545	288.211	573.954.538
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	221.630.278	-	-	-	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	384.150	1.703	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.057.592	331.656	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	227.252.681	6.242.645	182.871	172.161	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421	-	-	-	31.955.421
	486.280.122	6.576.004	182.871	172.161	493.211.158
Exposição líquida (Posição Cambial)	78.942.280	(2.562.624)	4.247.674	116.050	80.743.380

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto originaria um impacto líquido positivo nos resultados do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de cerca de 275.000 euros e um impacto positivo nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de cerca de 90.000 euros.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos ativos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor atual dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objetivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus ativos de crédito.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2014			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Ativo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	412.415	-	1.824.051	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.503.349	-	3.664.663	7.168.012
Ativos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	4.247.852	20.943.164	31.431.993	56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	2.365.151	2.365.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.059.106	235.151.060	18.845.642	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3.400.352	3.400.352
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	185.613.866	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	963.131	30.721.912	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	77.280.239	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	477.926	477.926
	16.222.722	334.337.594	278.345.556	628.905.872
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	216.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	493.556	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	2.470.654	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	57.318.762	220.801.738	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	24.857.667	24.857.667
	-	57.318.762	465.328.164	522.646.926
	16.222.722	277.018.832	(186.982.608)	106.258.946
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	42.392.240	42.392.240
- Opções	-	-	21.638.773	21.638.773
- Futuros	-	-	9.206.886	9.206.886
	-	-	73.237.899	73.237.899



2013				
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Ativo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	552.582	-	5.619.000	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.655.306	-	4.101.497	5.756.803
Ativos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	3.240.519	34.575.715	15.308.383	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.740.750	1.740.750
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.135.903	218.436.114	7.535.538	236.107.555
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	196.720.900	196.720.900
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	2.555.092	5.190.743	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	51.292.572	12.494.597	63.787.169
Devedores e Outras Aplicações	-	-	1.084.207	1.084.207
	15.584.310	306.859.493	249.795.615	572.239.418
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	221.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	385.853	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	6.821.700	227.028.658	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	31.955.421	31.955.421
	-	6.821.700	486.389.458	493.211.158
	15.584.310	300.037.793	(236.593.843)	79.028.260
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	56.257.019	56.257.019
- Opções	-	-	10.778.336	10.778.336
- Futuros	-	-	15.616.449	15.616.449
	-	-	82.651.804	82.651.804

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.236.466	-	-	-	-	-	2.236.466
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.168.012	-	-	-	-	-	7.168.012
Ativos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	4.247.852	29.231.027	2.293.733	13.563.481	7.286.916	-	56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.587.094	127.160	650.897	-	-	2.365.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.059.106	13.494.944	116.847.038	36.628.581	87.026.139	-	262.055.808
Aplicações em instituições de crédito	-	3.000.000	400.000	-	-	352	3.400.352
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.862.873	123.761.896	22.453.594	-	-	36.535.503	185.613.866
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	22.474.136	9.210.907	-	-	-	31.685.043
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.723.834	-	12.679.075	56.877.330	-	77.280.239
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	439.826	477.926
	24.574.309	201.272.931	151.332.432	63.522.034	151.228.485	36.975.681	628.905.872
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	215.000.000	-	-	-	1.704.549	216.704.549
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	493.556	-	-	-	-	493.556
Recursos de outras instituições de crédito	2.470.654	-	-	-	-	-	2.470.654
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.606.996	63.640.552	116.298.463	54.161.857	3.156.905	3.255.727	278.120.500
Responsabilidades representadas por títulos	-	21.210.980	3.327.661	250.000	-	69.026	24.857.667
	40.077.650	300.345.088	119.626.124	54.411.857	3.156.905	5.029.302	522.646.926
	(15.503.342)	(99.072.158)	31.706.308	9.110.177	148.071.580	31.946.379	106.258.946
2013							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Ativo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.756.803	-	-	-	-	-	5.756.803
Ativos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	3.240.519	14.674.936	1.529.479	19.124.425	14.555.258	-	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	623.608	416.519	700.623	-	-	1.740.750
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.135.903	7.213.084	77.307.417	64.509.725	76.941.426	-	236.107.555
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.975	142.329.657	15.198.681	-	-	35.735.587	196.720.900
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	4.190.097	1.011.821	2.543.917	-	-	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	12.494.597	929.251	20.323.222	30.040.099	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.046.107	1.084.207
	28.761.782	181.525.979	96.393.168	107.201.912	121.574.883	36.781.694	572.239.418
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	110.000.000	-	110.000.000	-	1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	382.632	3.221	-	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248	-	-	-	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.409.135	63.993.795	129.517.704	6.821.700	-	3.108.024	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	-	29.137.891	2.145.045	629.000	-	43.485	31.955.421
	35.798.383	203.514.318	131.665.970	117.450.700	-	4.781.787	493.211.158
	(7.036.601)	(21.988.339)	(35.272.802)	(10.248.788)	121.574.883	31.999.907	79.028.260

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.



Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excecionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os ativos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes ativos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de Bancos Centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são atualizados os “*cash-flows*”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”. O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos *spreads* em vigor na carteira, o Banco considera que atualmente a atividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respetivos *spreads* atribuídos, estão afetadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os *spreads* atualmente em vigor são superiores ao *spread* médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 7.107.536 euros (7.194.491 euros em 31 de dezembro de 2013).

De realçar que nesta análise não foram incluídas operações de crédito com penhores de ativos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do Grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Ativos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os *spreads* contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Ativos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Ativos disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado ativo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a *Bloomberg*, maioritariamente através do índice denominado *Bloomberg Generic*.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado ativo, que tenham subjacente:
 - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em ativos semelhantes transacionados em mercados ativos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2014						
	Ativos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Ativo</i>						
Ativos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	13.734.092	4.239.210	38.641.064	8.643	56.623.009	56.623.009
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	2.365.151	2.365.151	2.365.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.191.443	254.040.640	6.823.725	262.055.808	262.055.808
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	89.844.123	-	89.844.123	77.280.239
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	31.891.351	11.528	31.902.879	31.685.043
	13.734.092	5.430.653	414.417.178	9.209.047	442.790.970	430.009.250
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	493.556	-	-
2013						
	Ativos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Ativo</i>						
Ativos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	10.459.054	3.097.005	39.425.042	143.516	53.124.617	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	1.740.750	1.740.750	1.740.750
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.608.754	229.019.410	5.479.391	236.107.555	236.107.555
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	65.734.968	-	65.734.968	63.787.169
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	-	7.591.479	7.591.479	7.745.835
	10.459.054	4.705.759	334.179.420	14.955.136	364.299.369	362.505.926
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						-
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	385.853	385.853	385.853

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado ativo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente *Bloomberg*, foram considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – Outros" (Nível 3). Adicionalmente, os ativos e passivos financeiros são classificados no Nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:
 - Ações não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
 - Obrigações valorizadas através de *bids* indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos;

- Fundos de Investimento Imobiliário Fechados valorizados com base no valor patrimonial divulgado pela respectiva Sociedade Gestora;
- Instrumentos financeiros derivados não valorizados pelo mercado.



Os investimentos em papel comercial, de curto prazo, registados na carteira de negociação encontram-se valorizados ao custo amortizado, o qual não difere significativamente do justo valor.

42. RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 13 de outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de ativos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de ativos financeiros efetuadas até 31 de outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroativos a 1 de julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de julho de 2008 (data de reclassificação), de “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Ativos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.892)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.232	182.752.164	(182.752.164)	323.287.232



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor de Balanço e justo valor dos ativos financeiros reclassificados com referência a 1 de julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

2014			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2014	Justo Valor em 31-12-2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	2.046.690	2.046.690
Crédito a clientes - títulos de dívida	4.632.747	4.660.682	3.871.861
Investimentos detidos até a maturidade	7.498.662	7.723.834	7.769.442
	13.971.990	14.431.206	13.687.992
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.809	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
	182.752.165	14.431.206	13.687.992

2013			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2013	Justo Valor em 31-12-2013
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.540.880	1.540.880
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.361.879	9.460.955	7.591.479
Investimentos detidos até a maturidade	19.858.741	20.217.278	20.471.608
	31.061.200	31.219.113	29.603.967
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.809	n.a.	n.a.
	182.752.165	31.219.113	29.603.967

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 41.



Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2014 e 2013, apresentam o seguinte detalhe:

2014					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Ativos financeiros disponíveis para venda	(299.700)	505.810	173.751	(325.490)	99.236
Crédito a clientes - títulos de dívida	(196.489)	167.500	36.100	-	50.007
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	(37.628)	-	200.000
	(496.189)	673.310	172.222	(325.490)	349.244

2013					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Ativos financeiros disponíveis para venda	(742.757)	146.470	-	(465.390)	95.529
Crédito a clientes - títulos de dívida	512.461	(522.947)	(1.187.278)	-	98.122
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	167.600	-	218.709
	(230.296)	(376.477)	(1.019.678)	(465.390)	412.360

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afetariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Ativos financeiros detidos para negociação ou Ativos financeiros disponíveis para venda, respetivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

43. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adotados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 21,6% e 21,3%, respetivamente.

6. Certificação Legal de Contas ✧



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Invest, S.A. (Banco) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um ativo total de 645.759.316 euros e capital próprio de 104.422.253 euros, incluindo um resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco de 4.833.610 euros) as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, dos Resultados e Outro Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Invest, S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira de 2014 constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 27 de março de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal ✦



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Acionistas do
Banco Invest, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Invest, S.A. (Banco), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Banco e das principais empresas englobadas na consolidação, os atos de gestão dos Conselhos de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciámos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2014, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados consolidados, dos resultados e outro rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspetos da atividade consolidada do Banco no exercício de 2014.

Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas do Banco ao longo do ano e apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, com data de 27 de março de 2015, a qual não contém reservas e que mereceu o nosso acordo.

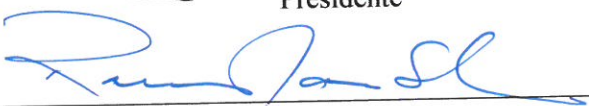
Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 27 de março de 2015

O Conselho Fiscal


Artur Carmo Barreto
Presidente


Rosendo José
Vogal


Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa
Vogal

**Lisboa**

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º, 1070-101 Lisboa

Tel.: +351 213 821 700 Fax: +351 213 864 984 welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península, Salas 502 a 504 - 5º, 4150-146 Porto

Tel.: +351 226 076 390 Fax: +351 226 095 297

www.bancoinvest.pt